



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 4/2022

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Sala da Assembleia Municipal, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís António Vicente Gil Barreiros, secretariado pela Senhora Ana Paula Alves Morgado Mendes, como Primeira Secretária e pela Senhora Ana Isabel Oliveira Martins Cardoso, como Segunda Secretária, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos. -----

I - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2022
- b) Informações e leitura resumida do Expediente
- c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir
- d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

III- PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- Ponto 1 -** Discussão e votação da Proposta de Contratação de Empréstimo Excecional junto do FAM - Fundo de Apoio Municipal
- Ponto 2 -** Discussão e votação da Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2023
- Ponto 3 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023
- Ponto 4 -** Discussão e votação da Proposta relativa à Participação variável do Município de Gouveia no IRS Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- Ponto 5 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023
- Ponto 6 -** Discussão e votação da Proposta de atribuição de apoio às Freguesias do Concelho de Gouveia nos termos da alínea j) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e aprovação da minuta do contrato
- Ponto 7 -** Discussão e votação da Proposta de Contratação do Revisor Oficial de Contas do Município de Gouveia para os anos 2022 e 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Ponto 8 - Discussão e votação da Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Gouveia e a Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra

Ponto 9 - Apreciação das seguintes Informações:

- I. Informações das Atividades do Senhor Presidente
- II. Informações dos Serviços Externos
- III. Informação da Situação Financeira

----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

----- Luís António Vicente Gil Barreiros (PPD/PSD), Pedro Jorge Cardoso de Carvalho (PS), António José Ferreira Machado (PPD/PSD), Sara Vieira de Almeida (PS), Susana Isabel Marques dos Santos Seara Pires de Andrade (PPD/PSD), José Manuel Correia Santos Mota (PS), Diogo Filipe Guerra dos Santos (PPD/PSD), Vitor Luís Guerra do Coito (PPD/PSD), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Helena Maria Nunes Torres Guerra (PPD/PSD), Pedro António Morais Pacheco (PS), Ana Isabel Oliveira Martins Cardoso (PPD/PSD), Matilde Duarte Freitas (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (PPD/PSD), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS), Daniela Figueiredo Gomes de Oliveira (PPD/PSD), Miguel Dias Albuquerque (PPD/PSD), Raquel Santos e Silva (PS), Joana Cosme Jordão (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Rodrigo Manuel Gaspar Pinto (PPD/PSD), Sérgio Miguel Gonçalves Almeida (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Vítor Manuel Ribeiro Jordão da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo (Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Isabel Maria Ernesto de Sousa Teixeira, (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), João José Amaro (Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia), Vasco António dos Santos Mocho (Substituto legal do Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais), Maria João Reis Diogo Lopes (representante legal do Senhor Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), Nuno Filipe Pereira Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), Vitor Manuel dos Santos Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Pedro Miguel Santos Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira Tente (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Freguesia de Vila Franca da Serra) e Sandra Cristina Nogueira Borges Cunha (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----

----- Solicitaram os Senhores Deputados Maria Helena Marques Gonçalves (PPD/PSD), Ricardo Filipe Morgado de Sousa (PPD/PSD), Valentina da Silva Santos (PPD/PSD), Marcelo Almeida Santos (Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais) e Carlos António Videira Coelho (Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó) as respetivas substituições, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, cabendo as mesmas a Diogo Filipe Guerra dos Santos (PPD/PSD), Vitor Luís Guerra do Coito (PPD/PSD), Helena Maria Nunes Torres Guerra (PPD/PSD), Vasco António dos Santos Mocho e Maria João Reis Diogo Lopes, ao abrigo do n.º 1 do art.º 79.º do citado diploma legal e alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Verificaram-se as seguintes presenças da Câmara Municipal: Luís Manuel Tadeu Marques, Presidente, Jorge Abrantes Cardoso Ferreira, Vice Presidente, Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins, José Nuno Ribeiro Saraiva Silva Santos, Ana Isabel Sousa dos Santos Figueiredo, Maria da Conceição Castro Salvador e João Daniel Mosa Caetano, Vereadores.-----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

Saudou o regresso à sala da Assembleia Municipal, agradecendo ao executivo, em particular à Senhora Vereadora Cláudia Martins que conduziu este processo, esperando que seja uma sala de discussão, mas também de entendimentos e que a democracia e o concelho fiquem mais ricos com esta transição para as nossas instalações.-----

a) Apreciação e votação da Ata n.º 3 da sessão ordinária de 29/06/2022

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 3/2022, da reunião da Assembleia de 29/06/2022, tendo sido a mesma aprovada, pela maioria, dos presentes. -----

----- Os Senhores Deputados Raquel Santos e Silva (PS), Joana Cosme Jordão (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Vitor Luís Guerra do Coito (PPD/PSD), Helena Maria Nunes Torres Guerra (PPD/PSD), Vasco António dos Santos Mocho e Maria João Reis Diogo Lopes, porque não estiveram presentes na respetiva reunião, não participaram na discussão e votação da Ata, como determina o n.º 3 do art.º 34.º do CPA. -----

b) Informações e leitura resumida do Expediente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- A 1.^a Secretária da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, desde a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e que a seguir se discrimina: -----

- i. **Presidente da CPCJ Gouveia:-** Renovação de mandato de membro designado pela Assembleia Municipal de Gouveia;-----
- ii. **Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó:-** Comunica a sua substituição, na sessão de 29/06/2022, pelo Membro da Junta de Freguesia Eduardo Manuel Domingues Trepado;-----
- iii. **ANAM:-** Divulgação do 3.^o Congresso Internacional “Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável”, que se realizou nos dias 5 e 6 de Julho;-----
- iv. **Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra:-** Justificação de falta à sessão ordinária de 29/06/2022;-----
- v. **Deputada Joana Cosme Jordão:-** Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 29/06/2022;-----
- vi. **ANAM:-** Comunica que a ANAM, o CVEL e a ValorGlocal, estão à inteira disposição para desenvolver ações de divulgação e de disseminação neste município, direcionadas preferencialmente para os membros da Assembleia Municipal acerca de qualquer tema que para a Assembleia Municipal em concreto tenha mais interesse;-----
- vii. **ANAM:-** Divulgação de um curso breve acerca das Assembleias Municipais e capacitação dos eleitos locais, nos dias 19 e 20 de julho nos termos da informação anexa;-----
- viii. **ANAM:-** Informa que o número limite de inscritos no Curso Breve Assembleias Municipais e Capacitação dos Eleitos Locais foi já ultrapassado. Atendendo ao número elevado de interessados, a AEDREL e a ANAM-CVEL deliberaram fazer uma segunda edição do Curso Breve Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais, que decorrerá nos dias 27 e 28 de julho de 2022, no mesmo horário;-----
- ix. **Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD:-** Acusa a recepção e agradece o envio da Moção intitulada “A Favor da Construção dos IC’S (Itinerários Complementares) 6 e 7” e informa, ainda, de que esta mereceu a melhor atenção por parte deste Grupo Parlamentar;-----
- x. **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gouveia:** Informa que, no dia 06/07/2022, em reunião da modalidade alargada, foi eleita como nova Presidente para o próximo triénio, Alice Duarte, representante da Saúde. Mais informa que foi designada pela Presidente para Secretária, Rita Oliveira, representante do Município;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- xi. **IG – INSTITUTO DE GOUVEIA:-** Envio de convite para estar presente na Gala de Entrega de Diplomas, no passado dia 16/07/22, no Teatro Cine de Gouveia;-----
- xii. **ANAM:-** Partilha de link com umas breves declarações do Professor Doutor Fernando Regateiro que abordou a relevância do conhecimento da Medicina Genómica;-----
- xiii. **Gabinete do Primeiro-Ministro:-** Acusa a receção da Moção intitulada “A Favor da Construção dos IC’S (Itinerários Complementares) 6 e 7” e informa que a mesma foi encaminhada para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação;-----
 - i. **Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra:-** Envio de convite para estar presente em mais uma edição da "Feira Franca e Sabores da Nossa Terra", a realizar no dia 6 de agosto em Vila Franca da Serra;-----
 - ii. **Escola Velha – Teatro de Gouveia:-** Envio de convite para a abertura do Festival da Praça, no passado dia 5 agosto, às 19h;-----
 - iii. **ANAM:-** Envio de link e chave de acesso para a RAMEL 22;-----
 - iv. **Núcleo de Gouveia da Liga dos Combatentes:-** Envio de convite para o VIII aniversário deste Núcleo no dia 11 de setembro;-----
 - v. **Agrupamento de Escolas de Gouveia:-** Envio de convite para estar presente na sessão “Dia do Diploma”, no dia 6 de setembro;-----
 - vi. **ANAM:-** Divulgação do Webinar, no dia 8 de Setembro, com o Dr. José Cancela de Moura, sobre o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias, aprovado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;---
 - vii. **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio, para conhecimento desta Assembleia, o Protocolo 1/2022 a celebrar entre os Municípios de Seia, Oliveira do Hospital e Gouveia e a APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela;-----
 - viii. **Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de convite para estar presente no 506.º aniversário desta Santa Casa, no passado dia 17 de setembro;-----
 - ix. **ANAM:-** Comunica que esta a ANAM irá celebrar um Protocolo subordinado ao tema “Miúdos Seguros” e divulgará o projeto “Agarrados à Net”. Partilha de link acerca destes tópicos com Cristiane Miranda e Tito de Moraes;-----
 - x. **Movimento Estrela Viva:-** Informa que, no passado dia 28 de agosto, estiveram reunidas diversas associações e iniciativas cívicas da Serra da Estrela para discutir as grandes preocupações e desafios que se antecipam para este território nas próximas semanas e meses. Comunica os pontos debatidos;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- xi. **ANAM:-** Informa da realização do debate no passado dia 13 de setembro, sobre “O novo Regime de criação de freguesias: um debate em torno dos seus méritos e das mudanças necessárias, com Carlos José Batalhão, Luís Filipe Mota Almeida e Tiago Serrão;-----
- xii. **URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela:** Comunica a realização do workshop, intitulado “Gestão Agrupada dos Territórios Rurais”, no próximo dia 23 de setembro, em Seia;-----
- xiii. **ANAM:-** Informa que no próximo dia 26 de setembro de 2022, pelas 17 horas decorrerá um webinar, promovido pela ANAM/CVEL, ValorGLOCAL e ATAM acerca da Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.-----
Informa, ainda, de que este mês a ANAM (em conjunto com as entidades supra mencionadas) publicará um Guia sobre a prevenção da corrupção no âmbito das Autarquias Locais - Tomo I- Os canais de denúncia e a protecção do denunciante, prefaciado pela Dra. Joana Marques Vidal;-----
- xiv. **ANAM:-** Divulgação da ação sobre “Protocolo Autárquico”, que se realiza nos dias 27 de setembro e 1 de outubro;-----
- xv. **União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó:-** Tendo sido efetuadas por esta União de Freguesias as averiguações junto das Entidades Competentes, vem enviar a Deliberação/Posição da Assembleia de Freguesia e do Executivo relativa à Urbanização Polins;-----
- xvi. **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia.-----

d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à consideração do Órgão Deliberativo os seguintes Votos de Pesar:-----

- - - - “*Apresento, nesta sessão, um Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Tomé de Sousa Batista, Alfredo Cabral Nunes, José Lourenço de Sousa, dedicados funcionários da Autarquia.*”-----

- - - - Colocado à votação foi o Voto de Pesar, aprovado, por unanimidade.-----

- - - - “*Dolorosamente, nos últimos dias, ocorreu o falecimento do Prof.º José Alcides Mendes Daniel, antigo membro da Assembleia Municipal de Gouveia. Um Homem que teve um trajeto de intervenção social e cultural neste concelho que deve ser lembrado e registado.*”-----

- - - - Colocado à votação foi o Voto de Pesar, aprovado, por unanimidade.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia começando a sua intervenção corroborando das notas de pesar expressas pelo Senhor Presidente da Mesa em relação aos funcionários da autarquia recentemente falecidos e, da mesma forma, a referência ao Prof.º José Alcides



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

que foi membro desta Assembleia Municipal pertencendo à Bancada do Partido Socialista nos mandatos 1990/1993, 1994/1997 e 2002/2005. Era uma pessoa estimável e estimada, Professor em vários pontos do concelho de Gouveia, registando a sua passagem pela antiga Escola Primária de São Pedro. Em nome da bancada municipal do Partido Socialista registou o expressar do profundo lamento pelo desaparecimento do Prof. José Alcides Daniel.-----

Prosseguiu, dizendo que na sua última intervenção, na sessão de junho da assembleia municipal, terá sido premonitório quando fez referência à necessidade de defender e promover aquele que é um dos nossos principais recursos estratégicos e que tem a ver com a água. Referiu-se em concreto à ribeira de Gouveia e à necessidade da criação e da concretização de um plano de salvaguarda e de valorização daquele curso de água e referiu-se à necessidade de construção de uma barragem de Gouveia havendo estudos muito antigos nesse sentido.-----

Portanto, intervenções que, de alguma forma, permitam acautelar este nosso recurso, sendo que, pelas alterações climáticas e com períodos prolongados de seca severa ou extrema, como se verificou no passado mês de agosto, é necessário poderem ter meios e estarem habilitados a saber gerir esse recurso que é cada vez mais escasso seja para o abastecimento público, seja para propiciar o regadio, a agricultura, seja com preocupações turísticas e ambientais. E, portanto, nessa sua intervenção, por aquilo que se passou no passado mês de agosto, foi, infelizmente, premonitório.-----

Na presente sessão, reforça a necessidade de o fazerem numa fase em que não se perdeu muito tempo a “chorar sobre o leite derramado”, pois o Governo agiu depressa, e bem, o que muitas vezes é raro em relação à intervenção do Poder Central. Prontamente se declarou o Estado de Calamidade na área do Parque Natural da Serra da Estrela por força dos danos causados pelo terrível incêndio que assolou vastas áreas do Parque Natural da Serra da Estrela, e não só, em toda a nossa região, e depois também com igual rapidez se fez o levantamento dos prejuízos e, no espaço de um mês, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros que aprovou as medidas mitigadoras das consequências que tiveram esses incêndios florestais que afligiram toda a nossa região.-----

Estamos a falar da possibilidade de uma intervenção, entre ações imediatas e outras de médio e longo prazo, no valor de quase 100 milhões de euros a investir nos próximos tempos. Desde medidas de apoio à agricultura, passando por medidas de apoio ao trabalho, à solidariedade e à segurança social, medidas no âmbito da economia, do turismo, do comércio, do restabelecimento da atividade económica, medidas no âmbito da proteção civil, medidas de apoio a infraestruturas, medidas de apoio à administração local, medidas de apoio ao ambiente, etc, etc.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Neste item que tem a ver com o ambiente, já na sessão de junho falou na necessidade de defenderem este recurso estratégico que é a água, não será por acaso que nesta gaveta das medidas de apoio ao ambiente aparecem 7,8 milhões de euros para reabilitação de rede hidrográfica e 900 mil euros para criação e instalações de redes hídricas. Sabe que, mais do que os Municípios poderem fazer aquilo que normalmente se diz na gíria popular “pesca à linha”, tudo isto se enquadra no âmbito da CIM onde estamos inseridos, embora nesta área de intervenção até “jogue” mais do que uma CIM.-----

Assim, pretendia apelar ao Município, ao Senhor Presidente da Câmara, que com certeza já terá medidas pensadas, projetos mais ou menos desenhados, que se possam enquadrar e candidatar a estas medidas de apoio que o Governo vem agora disponibilizar.-----

E, já que fez a defesa da água e dos nossos recursos não sabe até que ponto não se poderia enquadrar aqui na reabilitação da rede hidrográfica ou na criação e instalação de redes hídricas, este grande, para si, desidrato, que tem a ver com a preservação e valorização deste nosso recurso que é a água.-----

Depois de uma calamidade é caso para dizer que temos esta oportunidade. É mais uma e não a podemos perder. Fica o seu alerta, deixa registada a sua sugestão para que o Município de Gouveia, enquadrado ou não naquilo que tem que ser o trabalho da CIM, não perca esta oportunidade.-----

----- Usou da palavra o substituto legal do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Melo e Nabais referindo o seguinte:-----

“Começo esta minha intervenção por enaltecer, finalmente, a adjudicação por cerca de 600 mil euros da obra de requalificação da Villa Josephine. Um edifício intimamente ligado à vida e obra do escritor Vergílio Ferreira, uma figura ilustre da nossa freguesia e, consequentemente, do nosso concelho, com o objetivo de ser transformada num centro de cultura, intitulado Casa Museu Vergílio Ferreira, com Residência Artística, tratando-se de um espaço preponderante para cativar turistas para a nossa região.-----

Em contrapartida, tenho muita pena que o mesmo não se verifique com o nosso Paço que, mesmo atraindo turistas, permanece ao abandono, representando cada vez mais um risco contínuo para a sociedade pelo aumento da possibilidade de derrocada pondo em risco a vida humana e bens pessoais.-----

Uma palavra ainda para a Casa da Câmara, uma obra prometida mas ainda sem desenvolvimentos.-----

Para terminar a minha intervenção gostaria de congratular todos os bombeiros voluntários das Associações deste Município, Melo, Gouveia, Folgoso e Vila Nova de Tazem, pela sua atuação nos incêndios que nos afetaram a todos nos últimos três meses.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Uma palavra especial para todos e todas os que atuaram nos incêndios ocorridos na nossa freguesia em Nabais. A todos o nosso obrigado.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio referindo o seguinte:-----

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, na assembleia de 28/11/2019 quando veio a este órgão deliberativo a discussão e aprovação da proposta de valorização dos ativos dos serviços de abastecimento de águas e saneamento, no âmbito do estudo para implementação da empresa pública das Águas da Serra da Estrela, o Senhor Presidente referiu que o capital social da referida empresa foi composto por uma entrada em dinheiro no valor de 50 mil euros e uma entrada em espécie no valor de 2 milhões de euros, composto por património pertencente à Câmara Municipal de Gouveia, mas também pertencente às sete freguesias que ainda têm a gestão da água protocolada com a Câmara de Gouveia.-----

Mencionou ainda que, em Gouveia, existe uma situação peculiar que se prende com sete freguesias que têm tradicionalmente efetuado a gestão da água de abastecimento público, gerem o sistema de abastecimento na sua integralidade, mas, tal como foi informada pelos responsáveis da ERSAR, desde junho de 2019 que essas freguesias legalmente deixaram definitivamente de ser entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água. Aquilo que é possível manter, disse o Senhor Presidente na altura, é efetuar um contrato interadministrativo cujo conteúdo mais não é do que um contrato de prestação de serviços que estas Juntas de Freguesia podem prestar à entidade gestora. Uma colaboração no sentido de, por exemplo, efetuarem as leituras, efetuarem a cobrança, realizarem ou não pequenas reparações, efetuarem outras atividades que venham a ser acordadas e, em troca disso, receberem uma retribuição financeira, ou seja, uma compensação.-----

Portanto, no caso de Gouveia, ou seja, da Câmara de Gouveia, aquilo que têm estado a trabalhar com estas Juntas de Freguesia tem sido definir o conteúdo do contrato interadministrativo e, por outro lado, tentar que essas Juntas de Freguesia possam receber a maior remuneração financeira.-----

Esta situação com as Juntas de Freguesia dentro daquilo que agora legalmente é possível fazer passará por formalização de um contrato interadministrativo. Em termos desse conteúdo, já disse aqui, é basicamente um contrato de prestação de serviços e a tudo isso acresce o facto dessas Juntas terem património próprio que é utilizado nos sistemas de abastecimento de água que passarão a ser geridos pela empresa pública.-----

Portanto, aquilo que também é previsto é que esse património seja avaliado e por esse património que é utilizado ou que vai ser utilizado para serviço de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

abastecimento público gerido pela empresa Águas Públicas da Serra da Estrela as freguesias devem receber uma renda pela utilização desse património.-----

Senhor Presidente: o património das freguesias já está devidamente avaliado? Já está concluído todo esse processo de avaliação e valorização do património que pertence às freguesias em causa?-----

A formalização do contrato interadministrativo nunca aconteceu. Durante estes anos nunca assinámos qualquer contrato. Porque é que atualmente o executivo da Câmara não pretende dar continuidade a esta proposta de celebração dos contratos interadministrativos com a sete freguesias como estava previsto, já que a única possibilidade legal era essa?-----

Também é sabido que, até ao momento, se desconhecem as contrapartidas financeiras previstas para ressarcir as freguesias por todo o património que foi alienado e que faz parte do capital social da empresa das Águas Públicas da Serra da Estrela.-----

No entanto, os gestores da empresa pública têm reunido com os membros dos executivos, das Juntas e das Assembleias de Freguesia e, em muitos casos, como em São Paio, já reunimos com a população, e informaram-nos que este processo tem que estar concluído até 31 de outubro.-----

O tempo é muito curto Senhor Presidente, é praticamente impossível cumprir esse prazo, porque na freguesia de São Paio ficou decidido que só se procederá à assinatura dos contratos com a empresa, após reunião com o Senhor Presidente da Câmara, que só acontecerá no próximo dia 14 de outubro, apesar de já ter decorrido mais de um mês desde que foi feita a solicitação para uma reunião.-----

Nessa reunião, Senhor Presidente, apresentaremos a proposta de negociação, estando convictos de que a Freguesia de São Paio não pode, nem vai ser prejudicada, tal como as outras freguesias em condições semelhantes.-----

Senhor Presidente, espero que cumpra as suas promessas, que cumpra tudo o que disse nesta Casa da Democracia, pois, para mim, a palavra dada é Lei e eu não faltarei com a minha palavra aos sampaenses. Bem Hajam”-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra referindo o seguinte:-----

“A minha intervenção nesta noite irá centrar-se em dois tópicos: incêndios e água.-----

Relativamente ao primeiro tópico devo, mais uma vez, lamentar a chegada tardia dos bombeiros à Freguesia de Figueiró da Serra, no incêndio de 11 de agosto, uma vez que, quando as primeiras corporações chegaram à aldeia, já o fogo tinha consumido todo o vale onde moram os estrangeiros, onde os pastores alimentam as suas ovelhas, onde foram feitos investimentos turísticos. Enfim, toda a zona sul e este da aldeia já tinham sido consumidos pelas chamas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Lamento a falta de coordenação e, lamento ainda mais que, mais uma vez, ficássemos à mercê de nós próprios e da boa vontade dos populares de Figueiró que evitaram males maiores numa primeira intervenção, a quem devo reconhecer e agradecer aqui publicamente.-----

No entanto, também tenho que agradecer a todos os bombeiros que, após a sua chegada, impediram que o fogo consumisse depois a parte oeste e sul de Figueiró. Bem Hajam.-----

Ainda relacionado com os incêndios, devo lamentar que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2022, não tenha considerado Figueiró da Serra como uma área em que as chamas consumiram mais de 50% da sua superfície, o que impediu ou impede que mesma possa usufruir de uma primeira intervenção, nomeadamente na fixação das vertentes e de outros trabalhos que poderiam impedir, o que já aconteceu, a destruição total dos caminhos rurais, os quais isolaram nas suas quintas todos os moradores e que me obrigaram a contratar máquinas que permitissem a sua circulação; o entupimento de todos os aquedutos que estão a impedir a correta circulação das águas quer de regadio, quer pluviais.-----

Soube há pouco tempo que foi considerada 47% de área ardida. Que preciosismo, 47% e não 50%! Ainda sobre este assunto lamento não ter sido tida nem achada em qualquer tipo de levantamento desta natureza”.-----

Quanto ao segundo tema – água, a Senhora Presidente de Junta teceu as seguintes considerações:-----

“Em 1962 estávamos na reta final da exploração mineira por parte da companhia das minas do norte em Figueiró da Serra, quando o povo se apercebeu que, ao iniciarem a desativação das minas, as águas iriam ser desviadas pelas escombrelas daquela exploração que viria a ser desativada. Deu-se início à maior revolta daquela população que envolveu todo o tipo de utensílios para defesa daquele que seria o bem maior daquela freguesia em termos de regadio agrícola. Uma população que se insurgiu contra a maior companhia de exploração mineira a nível nacional e com fortes ligações internacionais, obrigando-os a corrigir o erro que estavam a cometer.-----

Hoje em dia eu temo, temo pela minha integridade física e pela minha sanidade mental, pois receio não ser capaz de defender os direitos daquela população que durante décadas lutou pelo bem maior que é a água. Temo não ser capaz de defender o património que aquela população construiu com tanto esforço.-----

Por isso, Senhor Presidente, apelo ao seu bom senso, apelo ao cumprimento das suas promessas elencadas na ata n.º 7/2019, mais concretamente, na Assembleia Municipal extraordinária do dia 28 de novembro de 2019, onde o Senhor, e passo a citar, diz o seguinte: “...de tudo farei para que estas juntas de freguesia possam receber a maior remuneração financeira ... também está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

previsto que esse património seja avaliado e que pela utilização desse património essas juntas de Freguesia recebam uma renda ...” acrescentou ainda que “foi possível verificar que há situações em que o património que é da titularidade das Juntas foi de forma errada alienado à empresa intermunicipal e que essa situação teria de ser corrigida, pois não se pretende que nenhuma junta de freguesia seja prejudicada em relação ao património que alega ser seu...” acrescentou ainda o Senhor Presidente, que ficaria como sua declaração o compromisso de todas as devidas correções na certeza de que “... a sua preocupação foi salvaguardar sempre que as juntas de freguesia continuassem a ter uma compensação por este serviço que podem continuar a prestar...” fim de citação.-----

Tenho de referir ainda que lamento que nessa mesma assembleia e que depois da minha intervenção, da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso e da Presidente da Junta de São Paio, onde relatámos todas as incongruências que existiam naquele contrato, o mesmo ter sido aprovado com 15 votos a favor, 9 votos contra e 10 abstenções. Muitas vezes Senhores Deputados uma abstenção poderá ser um tiro no próprio pé.-----

As reuniões com a empresa intermunicipal têm sido tudo menos pacíficas e quando eu pensava que faria o meu último mandato com um pouco de paz e alguma tranquilidade, deparo-me com aquela que será a minha maior luta e preocupação na defesa dos direitos de todos os figueiroenses e que me tem deixado muitas noites sem dormir, porque mais uma vez refiro, TENHO MEDO. Senhor Presidente, aquilo que venho aqui apelar é ao seu maior bom senso, que acredito que terá, para resolvermos esta situação da melhor forma. Outros exemplos a nível nacional existem e que podemos seguir e assim evitarmos a revolta dos populares e tendo em conta o prejuízo que os mesmos possam vir a ter nos tempos que se aproximam.-----

A água será o motivo daquelas que serão as maiores guerras a nível mundial e nós vemos isso já hoje aqui bem perto entre Portugal e Espanha. Este será só o início. Vamos evitar o que ainda pode ser evitado. Vamos lutar pelos nossos interesses e direitos. Vamos saber dialogar e ponderar todas as possíveis soluções.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra referindo o seguinte:-----

“Quero congratular-me pelo regresso a esta sala, sinónimo de, pelo menos, duas coisas: que a Covid-19 está a passar e que as obras foram realizadas.----- Começo esta minha intervenção com uma frase feita e já proferida por alguém nesta Assembleia “a política paga mal a quem a serve” e faço esta afirmação não por razões pessoais, mas sim, em defesa de todos os eleitos pela freguesia de Vila Franca da Serra, Junta de Freguesia e Assembleia e do seu povo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Se há freguesias que ao longo destes anos têm defendido e trabalhado em prol do desenvolvimento e promoção do nosso território, Vila Franca é uma delas, com o empenho de todos os eleitos e da sociedade civil cujo contributo tem sido fundamental para o sucesso das múltiplas atividades ali organizadas, não tendo de alguns o merecido reconhecimento.-----

Quando nos últimos meses, do anterior mandato, assistimos à colocação de placards a anunciar tantas obras, em tantas freguesias do nosso concelho, a que se seguiram os investimentos previstos no Orçamento para 2022, aliás, alguns deles bem vinculados nas últimas assembleias, a juntar à assinatura do Protocolo de Revitalização dos Casais de Folgoso, no valor de mais de trinta milhões de euros, imaginem o estado de espírito e o sentimento de revolta de um Presidente de Junta que viu recusado um apoio da Câmara no valor de 4.500,00 euros para a construção de umas instalações sanitárias.-----

Devo dizer que cheguei aqui livre e sairei daqui livre. Não me candidatei por interesse, vaidade, por raiva ou submissão, foi por um valor bem mais nobre que o fiz: o amor à minha terra. Tenho as minhas convicções e não é a cor da minha camisola que me impede de dizer aquilo que penso, ao contrário de outros que têm aqui defendido posições contrárias aos interesses de algumas freguesias e do próprio concelho em defesa da sua cor partidária.-----

Enquanto ocupar o cargo de Presidente de Junta de Vila Franca manterei toda a minha disponibilidade e darei todo o meu contributo para que a minha terra e o meu concelho sejam o meu, o nosso orgulho. E como estamos a pouco tempo - e esta é a grande razão da minha intervenção - de mais uma votação de um Orçamento, dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara e deixo-lhe aqui os seguintes dossiers para sua análise:-----

- Praia Fluvial da Ponte Nova;-----*
- Fossas sépticas da Ponte Nova, incluídas no Orçamento de 2021 e que entretanto desapareceram no Orçamento de 2022;-----*
- Escrituras das Casas da Praia Fluvial, há anos para realizar;-----*
- Passeios da Avenida Dr. Mário Gomes Figueira, levantamento topográfico feito há cinco anos;-----*
- Alcatroamento do Caminho para a Quinta da Estrela, promessa eleitoral;-----*
- Fibra ótica. Vila Franca será a última freguesia do concelho de Gouveia a ter fibra ótica. Há pessoas nas freguesias que quando as coisas são bem-feitas é a Câmara que as faz, quando alguma coisa corre mal é a Junta de Freguesia. Por isso, pretendia da parte do Senhor Presidente da Câmara uma explicação para algumas pessoas menos atentos que me têm mandado e-mails a pedir explicações. Não devo ser eu a dá-las, deve ser o Senhor Presidente, porquanto o protocolo foi assinado com a Câmara Municipal.-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- Iluminação LED nas freguesias. O concelho de Celorico tem todas as freguesias com iluminação LED;-----
- Percursos Pedonais. Foram no Plano Municipal de Pedestrianismo uma promessa de construção em todas as freguesias;-----
- Lombas na Rua de Santo António, carta enviada em outubro de 2020 da qual ainda não obtive resposta;-----
- O problema dos animais errantes, cães, canídeos e gatídeos que não temos solução em Vila Franca, existem dezenas de cães abandonados;-----

No que diz respeito à transferência de competências, tem-se aqui aprovado a rejeição de transferência de competências para a Câmara Municipal, contudo ninguém fala que, em 2019, aceitámos transferência de competências para as Juntas de Freguesia, com a promessa de serem revistos os valores dessas competências. Desde 2019 a freguesia de Vila Franca continua a receber 6.100,00 euros pela transferência de competências. Julgo que é altura de rever esses números.-----

Nos últimos nove anos foram feitas duas obras em Vila Franca da Serra, sem serem protocoladas, a Etar e a pavimentação do Caminho do Cemitério Novo. Todas as obras realizadas em Vila Franca foram protocoladas com a Câmara. Não há nenhuma que seja da exclusividade da Câmara a não ser estas duas que agora referi.” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso referindo o seguinte:-----

“A minha intervenção desta noite será sobre os incêndios da Serra da Estrela. Durante a noite de 9 de agosto, ainda com o incêndio a lavrar no concelho vizinho, mais propriamente nas freguesias de Sameiro e Santa Maria, sentia-me bastante inquieta e a minha preocupação começava a aumentar.-----

O incêndio progredia a passos largos em direção ao limite da nossa freguesia, temia a perda da maior mancha que existia, sendo o único património que nos restara do incêndio de 2017. E os Casais. Preocupava-me a segurança das pessoas e dos bens que conquistaram durante a sua vida com muito suor e muito esforço. E, claro, as paisagens de cor verde que iriam desaparecer.-----

Assistia ao esforço que estava a ser feito por parte das corporações dos bombeiros do nosso concelho, bem como por parte dos Sapadores de Folgoso, na tentativa de controlar o incêndio mesmo estando ainda no concelho vizinho. Todos esses esforços foram em vão, atrevendo-me a dizer, por má gestão ou coordenação por parte das entidades competentes, tendo eu mesmo presenciado um comentário por parte de um técnico do ICNF que “não era da minha opinião fazer contra-fogo porque iriam queimar quinhentos hectares”, quando alguém lhe propunha esse contra-fogo e havia tempo suficiente para o fazer e as condições tanto orográficas, como climáticas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

estariam a favor disso para tentar parar e não alcançar o limite do concelho de Gouveia.-----

Na realidade acabaram por arder esses quinhentos hectares e muito mais o que é lamentável.-----

Após nada ter sido feito, aconteceu o que mais temia, o incêndio atingiu a nossa freguesia, obrigando-nos a reviver o 15 de outubro de 2017 que foi devastador. Afetou a maioria dos Casais, um com mais intensidade do que outros, destruindo paisagens, algumas na sua totalidade, pastagens, culturas agrícolas e toda a mancha florestal que nos restava.-----

A Junta de Freguesia colaborou com outras entidades, nomeadamente com o Município e a GNR na evacuação de alguns residentes dos Casais. Felizmente não houve percas de vidas humanas, nem primeiras habitações.-----

Aqui deixo um agradecimento a todos os bombeiros que se esforçaram nesta luta, um agradecimento especial aos bombeiros voluntários de Folgosinho por toda a logística que tiveram para que nada faltasse às outras corporações vindas de todo o país. Foram incansáveis. E ao Lar de Folgosinho pela disponibilidade e prontidão que me prestaram quando lhes liguei a pedir ajuda para o acolhimento temporário de um idoso que residia nos Casais carecendo de alguns cuidados.-----

Lamento que, após o incêndio, a Junta de Freguesia, nunca tenha sido contactada para a colaboração nas visitas de levantamentos de prejuízos, exceto na recolha de prejuízos dos equipamentos coletivos ou municipais.-----

Não fomos sabedores dos tipos de ajudas, dos apoios que foram distribuídos e qual o critério da sua distribuição.-----

Sou de opinião que a Junta de Freguesia é uma entidade importante para ser o elo de ligação entre os residentes que foram afetados e as várias entidades que lhes prestam apoios, uma vez que, salvo melhor opinião, conhecemos melhor a realidade das pessoas que residem na nossa freguesia.-----

Entristeceu-me quando alguns dias depois as pessoas comentaram o seguinte comigo: “estiveram aqui umas pessoas, nem sei quem eram. Achamos que eram da Câmara, mas ficámos na dúvida porque não conhecemos ninguém”.-----

Na minha opinião, quando foram feitas essas visitas pelos técnicos, que os mesmos fossem acompanhados por elementos da Junta. As pessoas mais idosas que reside nesses Casais, há muitos anos, iriam, com certeza, sentir-se mais seguras e dialogar mais à vontade porque estariam na presença de pessoas conhecidas.-----

Termino solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que nos informe qual o ponto de situação dos apoios prestados a essas pessoas afetadas e quais as medidas previstas a implementar pós-incêndio.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Deixo uma ideia para uma medida a implementar que acho que seria de grande importância na prevenção e combate a incêndios que possam vir novamente a surgir na zona dos Casais, ou seja, criar condições no próprio rio e implementar um espelho de água que seja funcional no verão e a prova de que seria importante essa criação foi um pequeno exemplo de um charco que foi improvisado pelo Município no dia do incêndio junto à ponte da Senhora da Assedasse que possibilitou abastecer várias viaturas de combate, permitindo, assim, responder com maior rapidez à velocidade das chamas, tanto no concelho de Gouveia, como nos concelhos vizinhos.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira tecendo as seguintes considerações:-----

“Se queremos combater a desertificação do interior não é fechando escolas. Devemos fazer investimento e criar a escola como um atrativo para que as pessoas se fixem. Melhorar a escola pública. A proximidade com a família nestas idades é uma das mais-valias e o acompanhamento individualizado do aluno permite combater lacunas na aprendizagem muito mais cedo evitando os barulhos e os ruídos que possam desviar a atenção das crianças quando uma turma tem um elevado número de alunos.-----

Por estes motivos, a Junta de Freguesia de Nespereira, os pais e encarregados de educação fizeram de tudo para evitar a suspensão deste ano letivo do pré-escolar em Nespereira, manifestando esta vontade logo na reunião com o Agrupamento de Escolas de Gouveia e, posteriormente, ao Município de Gouveia.-----

Entristece-me que se ponha os valores políticos e pessoais acima da vontade dos fregueses, pois na reunião com a presença do Presidente da Assembleia Municipal, do Presidente do Município, do Chefe de Divisão e os respetivos Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e do Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, com o intuito da resolução do problema dos limites das freguesias, que se arrasta há muitos anos, não se tenha chegado a um acordo. O Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó não abdica da regularização dos limites do Bairro Pollins, não respeitando a vontade dos moradores expressa numa das Assembleias Municipais.-----

Pergunto: Quem vai suportar as despesas destes moradores que advêm desta teimosia da não resolução deste problema?-----

Agradeço o empenho demonstrado pelo Presidente da Assembleia Municipal, do Presidente do Município, como o Chefe de Divisão que de tudo fizeram para chegar a um consenso.-----

Por último, quero dar os parabéns ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nespereira que, no passado dia 15 de Setembro, celebrou o seu 46.º aniversário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

e também a participação do 25.º Desfile Nacional de Trajes Portugueses, juntamente com o Rancho Folclórico de Gouveia realizado no dia 24 de setembro na cidade de Moção.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) proferindo a seguinte declaração:-----

“A minha intervenção inicial nesta Assembleia é apenas sobre o incêndio de agosto e da verdadeira tragédia sobretudo ambiental que foi. E não podia deixar de ser o tema escolhido por mim, face ao que esse incêndio significa. Digo-o de forma desassombrada, e aqui não quero saber nada de política partidária: o que ardeu foi o país abandonado, o que aconteceu revela uma vez mais o abandono do interior do país por parte das políticas públicas. Sucessivos governos têm-nos em grande parte abandonado à nossa sorte, quando o melhor que o país tem, o que nos distingue como povo, não está em Lisboa.-----

Acho que tudo o que podia ser dito, já foi dito. E também não tenho tempo para dizer tudo o que me apetece dizer nestes 3 minutos.-----

Mas deixo algumas perguntas para memória futura:-----

Como é que o incêndio tomou aquelas proporções se estamos numa área protegida, a maior área protegida do país. Área protegida, como? Área da rede natura. Classificada pela UNESCO. Património Mundial. Geoparque. Reserva biogenética (Conselho da Europa). Chama a isto área protegida. Mas área protegida, como? Se uma vasta área onde a biodiversidade do território foi destruída ou colocada em perigo. Onde há espécies de fauna e flora que são endémicas da serra e outras que são raras em território português.-----

Pergunto: porque é que não se investiu muito mais na prevenção, na economia rural que subsiste, nos incentivos às pessoas para viverem nestes territórios, e se preferiu ou se prefere continuar a gastar muitos milhões antes no combate aos fogos quando este combate ainda por cima falhou, falhou várias vezes.-----

Porque é que no comando dos fogos florestais está a autoridade nacional de emergência e proteção civil, e o seu comandante em Oeiras? Porque é que os bombeiros não têm um comando nacional?-----

Porque é que a cada 16 anos arde toda a área do PNSE, a tal área supostamente protegida? E quase metade da área ardida não ardia há pelo menos 50 anos?-----

Se querem saber o que se passou falem com quem vive, conhece e percorre a serra. Não criem mais uma comissão com pessoas que elas próprias são parte do problema.-----

Ontem foi aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que aprova medidas na sequência deste incêndio. Saudamo-lo vivamente. Em boa hora surge. São quase 100 milhões de investimento. É uma oportunidade única que o atual governo desenhou. Esperemos que não seja mais uma oportunidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

perdida. Porque, eu diria, que tudo a este nível já se disse, já se escreveu, e pouco ou nada se fez. Porque é que temos esta dificuldade em concretizar políticas? Porquê? Mesmo a nível municipal, Sr. Presidente?-----

A prevista substituição gradual da floresta da Serra por espécies autóctones de folhosas não se fez. O ordenamento qualitativo, em mosaico, da paisagem, com pastagem, agricultura de montanha e floresta nunca se fez.-----

Mais importante que plantar árvores, é plantar as espécies certas, nos sítios certos, e manter, cuidar. E intervir na floresta de forma continuada. Ou considerar, aliás como se passa em outros países da Europa, a atividade dos pastores como verdadeiro serviço público, e recompensá-los por isso.-----

Concluo, falando do lado bom desta história muito triste e com dois agradecimentos.-----

No fundo, os verdadeiros heróis de tudo isto são pessoas como a Ana e o André, um casal jovem que seguiu o seu sonho de viver no Casal das Pias e que tendo ficado sem muito do que tinham construído, sozinhos e com muito esforço, não desistiram do sonho, e continuam a acreditar, dia após dia, e que à frente da campanha de Reflorestação da Reserva do Vale Velho, já iniciaram a colheita de sementes de espécies autóctones, como a tramazeira, o vidoeiro, o freixo, para semear a devido tempo. É a eles e a todos aqueles como eles, como o vizinho Casal da Maceira, que se importam e estão no terreno a ajudar, e que acreditam, que agradeço vivamente nesta sessão da Assembleia Municipal.-----

Mas os verdadeiros heróis são também os bombeiros, as muitas centenas de bombeiros que combateram o incêndio na nossa serra, e é para eles, e mais concretamente para os bravos homens e mulheres das corporações de bombeiros do nosso concelho, que protagonizaram verdadeiros atos de heroísmo no silêncio, como aqueles quatro sapadores que talvez colocando em risco as suas próprias vidas defenderam o Casal das Pias, e que não têm honras dos diretos televisivos (onde estavam precisamente alguns daqueles que não deviam lá estar), que presto aqui a minha, a nossa homenagem. Se responsabilidades forem apuradas, esperamos que não sejam os bombeiros que venham novamente a estar sentados no banco dos réus, como aconteceu em Pedrógão.-----

E, agora, para finalizar, dirijo-me a todos aqueles que têm estado em Lisboa. Olhem mais para o interior do País. O interior do País existe. Gouveia existe. Somos nós, aqui, a alma desta nação, com mais de 800 anos de história.”-----

----- Usou da palavra a Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) referindo o seguinte:-----

“Fico contente com o regresso a este espaço renovado. É também assim que se dignificam as instituições e se dignifica a Democracia. Obrigado e parabéns.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Festas do Senhor do Calvário. Ponto de encontro da grande família gouveense. Dou apenas duas notas: um mar de gente nos concertos, nas procissões e no rally. E a inédita e magnífica exposição “Retratos de João Abel Manta”. Parabéns a Gouveia, aos gouveenses e às instituições que participaram.----- Falo da forma tranquila como se iniciou o ano letivo no concelho de Gouveia. Só foi possível pela articulação conjunta e concertada do Município, Agrupamento de Escolas, Instituto de Gouveia e IPSS. Em nome do PSD desejo a todos os envolvidos na educação do nosso concelho as maiores felicidades para o novo ano letivo.-----

Na última Assembleia tiveram uma exposição de um problema por parte de uma munícipe. Quero expressar a minha satisfação pela forma rápida como foi resolvido. Este facto leva-me a recomendar ao executivo que adira à iniciativa “A minha rua” um sistema interactivo que permite aos cidadãos reportar diversas situações anómalas detetadas nos espaços públicos.-----

Para prevenir os incêndios e proteger a população é urgente uma intervenção mais sustentável da paisagem, tal como a substituição de espécies não autóctones por espécies autóctones mais resistentes ao fogo, como o carvalho, o sobreiro e o castanheiro.-----

Assim, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia com responsabilidade de gestão de terrenos públicos ou comunitários/baldios, era bom assumir no seu plano de atividades o compromisso de plantar x espécies autóctones por ano.----

Portugal está na linha da frente dos países mais afetados pelas alterações climáticas. Assim, no âmbito da energia deixou registado em Ata três recomendações:-----

- Recomendar ao executivo que no próximo orçamento dê um sinal, um primeiro passo para a criação de um fundo verde de apoio às famílias e outro destinado às empresas para a troca de equipamentos que sejam mais eficientes no consumo de energia.-----

- Iniciar a implementação de um programa de colocação de painéis solares em edifícios municipais também para a produção e partilha de energia excedente que podia também ser seguido pelas Juntas de Freguesia.-----

- Terceiro, iniciar um processo consistente de colocação de iluminação LED.----

Para além do problema de falta de água, temos as perdas de águas que atingem números chocantes. Dos cerca de 8,2 mil milhões litros de água captados para consumo humano, apenas 1,94 mil milhões chegam às torneiras portuguesas. O desperdício nas condutas daria para abastecer um milhão de pessoas. 93,6 milhões de euros desperdiçados. Um problema nacional, mas também um problema local.-----

Assim, é oportuno recomendar à empresa Águas Públicas da Serra da Estrela que no próximo orçamento da empresa seja contemplada uma rubrica destinada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

à instalação de contadores inteligentes para reduzir perdas de água e, simultaneamente, diminuição de volume consumido e não faturado e continuar o investimento na rede de drenagem.-----

Temos conhecimento de muitos autarcas da CIM Dão Lafões, CIM Região de Coimbra e CIM Beiras e Serra da Estrela que a Barragem de Girabolhos é fundamental para a reserva estratégica nacional de água.-----

Senhor Presidente da Câmara, na qualidade também de Presidente da CIM, recomendamos que encete diligências no sentido de efetuar uma reunião com os dois Presidentes das referidas CIM's e tomarem uma posição conjunta sobre este assunto com vista a sensibilizar o Governo para a importância da construção da Barragem. Verbas do PRR não devem faltar.-----

Revejo-me nas palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia acerca da Barragem na nossa ribeira.-----

Finalmente, como é do conhecimento público, foi aprovada na última Assembleia de 29 de junho uma Moção com vista a sensibilizar o Governo a concluir o IC6 e a executar o IC7. Como também é do conhecimento público em 15 de julho os deputados do Partido Socialista eleitos pelos círculos da Guarda, Coimbra, Viseu e Castelo Branco pedem esclarecimentos sobre o mesmo assunto e sobre a Estrada Nacional 17.-----

Senhor Presidente da Assembleia, gostava de saber se V.Ex.^a nos pode dar alguma informação sobre a recetividade da nossa Moção e se tem conhecimento da resposta que foi dada ou não aos deputados do Partido Socialista.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Almeida (PS) proferindo a seguinte intervenção, abaixo transcrita:-----

“Cumprimento todos os gouveenses, aqueles que aqui se encontram e aqueles que nos estejam a seguir à distância.-----

As questões que aqui trago são, no fundo, um relembrar daquilo que já foi dito há três meses atrás, na última Assembleia Municipal.-----

Há três meses atrás partilhei aqui algumas preocupações relativamente ao mercado municipal, nomeadamente, quanto à falta de dinamismo que se tem verificado, quanto ao facto de termos várias lojas desocupadas e também quanto ao espaço para restauração que ainda se encontra encerrado.-----

Fui acusada pela bancada do PSD de estar a querer dar uma sentença quando o espaço tinha sido inaugurado há tão pouco tempo.-----

Reconheço que para tudo é preciso tempo, mas o tempo a mais também contribui para o comodismo, para a inércia e para o instalar de um quadro mais difícil de reverter.-----

Foi salientado pelo executivo que têm sido feitas visitas regulares com o objetivo de ocupar os espaços no mercado que se encontram vazios.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Foi inclusivamente dito pelo Senhor Presidente da Câmara “que ainda na semana passada”, isto na semana anterior a 29 de junho, data da última Assembleia, se tinham deslocado ao edifício do mercado municipal cinco pessoas interessadas.-----

E eu pergunto, o quê que resultou dessas deslocações?-----

Porquê que as pessoas têm demonstrado interesse e depois rapidamente o perdem?-----

Em três meses, naquela que foi a fase mais atrativa do ano na nossa cidade, pouco movimento se viu no mercado, exceto quando pontualmente lá existem actividades.-----

Mas não basta realizar atividades alusivas ao Dia da Criança, desenvolver eventos pontuais que levem ao mercado mais pessoas do que aquilo que é habitual.-----

Não se trata de um pavilhão multiusos, estamos a falar de um mercado municipal, onde se espera que haja dinamização numa perspetiva estável, e não são eventos pontuais que levam a essa dinamização de carácter duradouro como se pretende.-----

Queremos fomentar o negócio dos nossos empresários e potenciais empresários. Queremos que o mercado seja um espaço frequentado diariamente pelos nossos cidadãos, para que também haja interesse para os empresários aí se instalarem. Senão, se é para lá ficarem isolados, reduzindo-se ainda mais a viabilidade dos seus negócios, claro que não pretendem ocupar as lojas que estão vazias.-----

Como disse, há três meses, e digo hoje novamente, verifica-se um ciclo de desinteresse, que leva a que tenhamos tido um investimento tão significativo sem perspetivas de retorno.-----

Acresce que, do conhecimento que temos, neste espaço renovado já se verificaram infiltrações nalgumas lojas com as primeiras chuvas. O inverno aparenta ser longo!-----

Posto isto, deixo aqui algumas questões objetivas ao Senhor Presidente da Câmara.-----

Pretendemos saber que diligências é que têm sido feitas com vista à ocupação de lojas vazias?-----

Tem havido pessoas interessadas ou não?-----

Em caso afirmativo, porquê que essas pessoas não avançaram?-----

Se a Câmara pondera adotar uma estratégia de incentivos para que consiga alcançar o objetivo de ter o mercado totalmente ocupado?-----

Concretamente, em relação ao espaço para a restauração. Porquê que os candidatos desistiram?-----

Quais foram os obstáculos?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Parece-nos que, de facto, a resposta a estas questões é muito importante para que possamos desenvolver estratégias que permitam começar verdadeiramente a dinamizar o mercado, pelo que, agradecemos que nos seja apresentado o ponto da situação e não, mais uma vez, nos sejam dadas respostas que consideramos vagas que passem, pelo simples, “estamos a trabalhar nesse sentido”, ou “têm sido feitas visitas por interessados”.-----

Queremos saber em concreto, como é que estão a trabalhar nesse sentido e quais são as estratégias?” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Diogo Guerra (PPD/PSD) tecendo as seguintes considerações:-----

“Gostaria de começar esta minha intervenção dando os parabéns às seguintes instituições/coletividades que desde a última Assembleia Municipal comemoraram o seu aniversário:-----

Rancho Folclórico de Gouveia, Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nespereira, Bombeiros Voluntários de Gouveia, Bombeiros Voluntários de Folgoso, Escola de Música de Gouveia e Clube Desportivo de Gouveia. Cada uma com as suas funções e competências e que continuem por largos anos a representar e a orgulhar todos os gouveenses.-----

Tocando ainda no tema dos bombeiros, o Município de Gouveia, entregou os subsídios extraordinários aos Bombeiros Voluntários de Gouveia e aos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem. Assim, o Município reitera o seu reconhecimento face ao papel relevante de interesse público das corporações de bombeiros na sociedade civil que asseguram um serviço importantíssimo, como aliás já foi aqui referido inúmeras vezes hoje, no socorro e saúde da população e mantem um forte compromisso de atribuição de apoios a essas entidades.-----

Gostaria, ainda, de destacar o Programa “Mexe-te com o Verão” que procurou estimular a prática desportiva e contribuir, consequentemente, para o bem-estar físico e mental da população decorrendo em diversas freguesias do concelho.---

Ainda no desporto, destaco o Estrela Xtreme Triathlon que decorreu no passado dia 24 de setembro. Este desafio composto por provas de natação, ciclismo e atletismo ligou o Município de Gouveia e Manteigas, aproveitando ao máximo o relevo e paisagem do Parque Natural da Serra da Estrela, embora, infelizmente, como referido, parte dela destruída.-----

Ainda a decorrer até amanhã a Semana Europeia do Desporto, iniciativa da Comissão Europeia que vem promover o Desporto e os estilos de vida ativos, mais uma vez o Município de Gouveia organizou um conjunto de atividades diversas.-----

No campo da educação gostaria de destacar a Prof.^a Adriana Torres e o Prof.^o António Moreira, do Município de Gouveia e do Agrupamento de Escolas de Gouveia, por se terem destacado e vencido o Prémio Mais Atividades, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Plataforma UBBU Siemens. É fundamental que os docentes que acompanham as nossas crianças procurem utilizar todos os recursos que se encontram à sua disposição para desenvolver o ensino aprendizagem.-----

Para terminar, gostaria de referir que o dia 1 de outubro, está marcado pela comemoração do Dia Internacional do Idoso. Mais uma vez o Município irá desenvolver as atividades com esta faixa etária nas IPSS do concelho. Senhor Presidente, numa sociedade cada vez mais envelhecida é fulcral olhar para os nossos idosos como um elemento chave na transmissão de saberes, costumes e tradições locais. Deverão ser alvo da nossa atenção todos os dias sem exceção. Aqui não posso deixar de relembrar o trabalho incansável do Município no combate à Covid-19, especialmente com esta faixa etária.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Raquel Silva (PS) referindo o seguinte:-----

“A minha intervenção vem no sentido de propor uma melhoria relativamente a um dos atos públicos anuais mais relevantes do Município, a entrega de Medalhas de Honra e de Mérito.-----

Sendo este um momento de reconhecimento de valor e mérito a personalidades do Município, o Regulamento constituiu a atribuição destas gratificações e os critérios em que este se baseia deverão ser justos, objetivos e claros.-----

Consideramos que chegou a altura de atualizar esse Regulamento criando, eventualmente, distinções novas para que não se junte no mesmo tempo de distinção pessoas com percursos de vida e serviços prestados ao concelho muito distintos.-----

Assim sendo, e em nome da bancada do Partido Socialista, proponho a constituição de um grupo de trabalho com membros de ambas as bancadas no sentido de rever e melhorar este Regulamento tornando-o mais justo e isento de ambiguidade.” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) proferindo a seguinte declaração:-----

“O desenvolvimento de uma região passa não só pelos eventos promocionais dos seus produtos, mas também pelo investimento no desenvolvimento do próprio produto. Com este intuito e também sendo uma aposta na evolução da indústria para processos energeticamente mais eficientes e ambientalmente mais sustentáveis, a empresa PureWine apresentou recentemente o seu projeto pioneiro onde o sistema de energia pulsada será aplicado ao setor vitivinícola, aproveitando assim o recurso a esta tecnologia como principal objetivo que tornará o processo de fazer vinho mais eficiente e mais biológico. Desejamos assim os maiores sucessos à empresa e esperamos que o investimento seja um potenciar da região no turismo científico e empresarial.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

De parabéns estão os nossos produtores de vinho que participaram na 10.ª Gala intitulada os “Melhores Vinhos Dão” e que foram premiados com a medalha de ouro, nomeadamente Casa Passarela, Quinta Ponte Pedrinha e a Adega Cooperativa de Vila Nova de Tazem.-----

Cumprindo-se a tradição, e cada vez com maior assistência, decorreu em várias freguesias do concelho o evento anual relacionado com a transumância, invocando a descida dos rebanhos da Serra da Estrela e constituindo-se como uma ocasião singular de celebração e convívio. Uma festa vivida intensamente pelas populações e que representa a identidade etnográfica mais pura e genuína das gentes dos nossos territórios.-----

Senhor Presidente, nunca se terá falado e ansiado tanto por chuva como agora, pois como já aqui foi várias vezes abordado, o país está gravemente afetado pela seca e para minimizar ou até eliminar o grande déficit hídrico presente em todas as regiões portuguesas seria preciso que chovesse consideravelmente durante algum tempo, algo que, para já, não é previsível. Parece que hoje terá sido uma exceção. Perante tal cenário, pergunto: como está o concelho em termos de níveis de água? Que medidas preventivas está o Município a ponderar adotar ou já adotou para fazer face a esta situação?-----

Termino esta minha intervenção convidando todos os presentes e os munícipes que nos ouvem on-line a irem este fim-de-semana à Alambicada, em Vila Nova de Tazem.” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Filipe Monteiro (PS) iniciando a sua intervenção deixando registado em Ata um alerta para os serviços municipais, uma vez que também foi chamado a atenção por alguns munícipes, relativamente à falta ou necessidade de reforço sinalético junto à Escola EB 2,3 de Gouveia, na Rua Vergílio Ferreira, onde há condutores que passam a uma velocidade despropositada em frente à Escola pondo em perigo quem utiliza este estabelecimento.

No que diz respeito aos subsídios ordinários às coletividades do concelho, era normal, em anos anteriores, a sua atribuição nos meses de maio/junho. Neste momento, ainda não há qualquer informação, nem tem conhecimento que já tenha ido a reunião de Câmara a aprovação dos subsídios. Pretendia saber o ponto de situação e para quando é que as associações poderão contar com este apoio.

Também como forma de apoio às associações, a Câmara costumava ceder o autocarro de 55 lugares para as deslocações das mesmas. No entanto, verificou que o referido autocarro encontra-se estacionado numa oficina do concelho há mais de um ano, pelo que gostaria de saber se estão a pensar renovar o autocarro ou comprar um novo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) começando por se congratular com o facto deste órgão se encontrar numa “casa nova”, deixaram o velho, mas também, amigo Cine Teatro, discordando do Senhor Presidente da Assembleia Municipal porque, efetivamente, não têm que agradecer ao executivo, pois é de direito, porquanto o Município não é só o executivo, o Município é também composto pelo órgão deliberativo.-----

Posto isto, perguntou qual é a política de apoio desenhada pela Câmara Municipal de Gouveia para promover, para ajudar, para apoiar entidades privadas que são sempre aqui referidas. A Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) falou de um sector muito importante que é o vinho, no entanto, nesta sua intervenção pretende mencionar o sector do turismo. E isto tem a ver com um convite interessante e uma iniciativa de louvar que vai decorrer no concelho e para a qual os membros desta assembleia também foram convidados. Assim, reitera a sua questão, qual é a política de apoio da Câmara Municipal a estas entidades privadas do sector turístico. Existe essa política e, como tal, pretendia saber quais são os critérios determinados para a sua persecução.-----

Na última sessão da Assembleia esteve presente uma munícipe que colocou um problema, o qual entretanto já foi resolvido. Mas, no que toca à participação do público nas sessões deste órgão, o mesmo só pode intervir no final do Período de “Antes da ordem do dia”, o qual pode ser extenso. Ora, como as reuniões da Assembleia decorrem à noite, o inverno é rigoroso, é algo que devem refletir. Os Regimentos são necessários mas, cima de tudo, devem servir as pessoas.-----

Falando na concretização desta reunião, quando estiveram a trabalhar em conjunto para a renovação ou reformulação do Regimento, falaram também na necessidade de se concertar o dia de realização da reunião no sentido de ser um dia da semana que facilitasse a vida, não diria a todos os Senhores Deputados, mas, pelo menos, daqueles que se deslocam de fora do concelho. E a presente reunião tinha essa possibilidade, ou seja, em vez de se realizar naquele dia, quinta-feira, poderia ter-se realizado no dia seguinte, sexta-feira, encostando, assim, ao fim de semana, de modo a facilitar a vida a alguns dos Senhores Deputados, dado que a reunião se realiza à noite.-----

Outro assunto que pretendia colocar, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra já falou nisso, é o facto da Freguesia de Vila Franca da Serra ter ficado para trás no acesso à fibra - para além da dificuldade no acesso à rede móvel – contudo, percebeu que algumas entidades de Vila Franca da Serra vão ter esse acesso. Dado que Vila Franca da Serra tem algumas empresas, pretendia saber qual foi o critério e se houve esse cuidado de identificar outras empresas que podem e devem beneficiar desse acesso.-----

Pela análise ao documento da “Informação da correspondência recebida” verificou que os serviços receberam documentação por parte da União de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó referente ao Loteamento Polins. A verdade é que os Deputados não tiveram acesso a esses documentos, contudo gostava de o ter, tanto mais que percebeu que a situação está longe de ser resolvida, decorridos quase mais de uma dezena de anos.-----

Concluindo a sua intervenção, registou em Ata uma palavra amiga e de solidariedade a todas as freguesias que foram apanhadas nessa turbulência dos incêndios e que a todos prejudicou. Vila Franca da Serra, desta vez, foi poupada. Ao invés, há outras freguesias, pessoas, bens, que vivenciaram situações muito difíceis.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rodrigo Pinto (PPD/PSD), referenciando o seguinte:-----

“Ainda não recompostos dos incêndios que afetaram o concelho de Gouveia em 2017 e que deixaram em cinzas cerca de 48% do nosso território, deparámo-nos, uma vez mais, este ano, com a invasão deste inimigo feroz que voltou a entrar no nosso concelho e a devastar o que de verde restava e se reerguia.-----

O Alto Concelho foi fortemente fustigado por mais esta catástrofe e, principalmente, os produtores agro-pecuários que se vêm agora incapazes, sozinhos, de enfrentarem os inúmeros prejuízos causados pelo fogo e sem reservas para alimentarem os seus animais.-----

Apesar deste penoso quadro, a ajuda tem chegado aos produtores graças ao Município de Gouveia, bem como a generosidade de muitos voluntários.-----

O fogo da Serra da Estrela que teve início na madrugada de 6 de agosto, tendo sido dado como dominado a 17 de agosto, entretanto, entrou no nosso concelho no dia 9. Onze dias de puro inferno, onde arderam vinte e nove mil hectares, cerca de 25% do Parque Natural.-----

Um fogo que, nas primeiras horas, foi desprezado. Pelo seu potencial tomou, assim, outras proporções e mesmo sendo um incêndio com várias frentes ativas, houve o condicionamento do espaço aéreo devido à Volta a Portugal em Bicicleta que fez com que o fogo passasse para o Distrito da Guarda.-----

Foi nítida a descoordenação deste incêndio, responsabilidade total da Proteção Civil Nacional.-----

Houve uma clara descoordenação por parte do COS de Castelo Branco, das frentes viradas ao distrito da Guarda, onde os Bombeiros do Distrito, juntamente com a Protecção Civil de cá, apenas serviram para atenuar o caos instalado.-----

É certo que não foi possível chegar a todos os lados para combater as chamas devido à coordenação nacional estar entregue a pessoas menos capazes, pessoas essas que foram nomeadas pelo Governo do PS.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Passou mais de um mês deste grande incêndio e apenas ontem o Governo apresentou medidas de resposta aos incêndios da Serra da Estrela e o ICNF nada fez para estabilizar as encostas.-----

Nada foi feito e temos aqui bem perto o caso de Manteigas onde já se está a sentir esta falta de resposta das entidades responsáveis da floresta. E mesmo no nosso concelho tivemos o caso de duas famílias em Figueiró da Serra que abandonaram a freguesia, pois tudo à volta tinha ardido e só restavam cinzas. Ainda o facto da União de Freguesias de Freixo e Figueiró da Serra não ser abrangida pelo Plano de Recuperação, quando a encosta sul ardeu praticamente toda, tendo ardido uma área total de 47% da União de Freguesias.-----

Deixar uma palavra de agradecimento aos sapadores florestais, aos bombeiros que, uma vez mais, mostraram que, para além de serem voluntários e muitas vezes deixarem as suas famílias e os seus trabalhos para segundo plano e serem prejudicados, não desistiram enquanto não dominaram o incêndio. Por isso, um agradecimento especial à Corporação da qual faço parte e a todos os operacionais e Comando, mas sem esquecer os voluntários que ajudaram a preparar a logística para mais de seiscentos operacionais durante os dias do incêndio. A todos eles um enorme bem-haja.-----

Mas dizem por aí, ou escrevem por aí, que Gouveia não tem aprovado o seu Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Pasmem-se que este Plano foi aprovado pela Assembleia Municipal, por maioria, na sessão de 27 de dezembro de 2021. Lá por o ICNF não o ter publicado não quer dizer que ele não esteja ativo.-----

Lembram-se do “Movimento pelo Interior” apresentado há quatro anos? Cerimónia bonita de se ver mas não foi mais do que isso, pouco ou nada mudou de essencial no Interior.-----

Agora foi preciso uma catástrofe para voltar a ter a visibilidade nacional e para ficarmos melhor, como alguém disse.-----

Queria também realçar a aprovação do financiamento para a reconstrução da Sede do Clube de Caça e Pesca de Folgosinho que tinha sido totalmente dizimada pelo incêndio de outubro de 2017 e vê agora a esperança de se reerguer.-----

No que diz respeito ao programa municipal de incentivo à esterilização de animais de companhia, programa este que já vai na sua quinta campanha, está a decorrer até ao dia 30 de novembro de 2022 e tem como objetivo o domínio da saúde pública, o bem estar animal e o controlo da população errante.-----

Este programa municipal oferece aos munícipes a possibilidade de levarem os seus animais de estimação – cães e gatos – às clínicas veterinárias do concelho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

proceder à esterilização dos seus animais e, posteriormente, ir ao Balcão do Município para serem reembolsados dos procedimentos cirúrgicos.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) tecendo as seguintes considerações:-----

“Hoje é um dia grande nesta Assembleia por vários motivos. Porque é uma casa nova, renovada, mas porque de alguma forma se cumpriu aquilo que os autarcas em 1914 e 1921 determinaram, ou seja, a presença na sala da Câmara, hoje Assembleia, da fotografia de Pedro Amaral Botto Machado, o mais ilustre dos gouveenses. Agradeceu, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a todos aqueles que, de alguma forma, participaram para que isto de facto fosse levado a efeito e, dessa forma, cumpriu-se aquilo que tinham determinado.-----

Durante os incêndios foi tornado público, pela comunicação social, que o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios estava caducado desde 2019. Deste modo, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, qual é o ponto de situação atual, porquanto não foi esta Assembleia informada pelo Senhor Presidente sobre este facto, já que coube a esta Assembleia a sua aprovação, antes de ser enviado ao ICNF em dezembro de 2021.-----

No que diz respeito aos incêndios rurais no Parque Natural da Serra da Estrela, a bancada do PS, várias vezes, alertou neste órgão, para a urgência na realização dos perímetros urbanos de segurança nas freguesias, nomeadamente focaram São Paio e Gouveia. Foi feito muito pouco. E para mostrar que foi feito muito pouco, o Curral do Negro, em particular o Parque de Campismo, em que os trabalhos de prevenção da responsabilidade do Município ficaram muito aquém do que seria necessário, não fosse a pronta intervenção dos dez meios aéreos e, posteriormente, dos bombeiros e máquinas pesadas, este teria tido um outro desfecho e o Monte do Farvão voltaria de facto a arder.-----

Está o Município disponível para ouvir todos os intervenientes na gestão do território rural e contemplar as suas sugestões no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios agora que se encontra em fase de retificação?-----

Agora que a encosta que liga o Parque Biológico ao Curral do Negro ardeu, encara ou não a possibilidade do Município adquirir estes terrenos de tal forma que possibilitasse a união entre os dois equipamentos de Gouveia, o Parque Biológico e o parque de campismo?-----

Penso que esta é uma boa altura, infelizmente, mas é uma boa altura, para que possamos pôr um equipamento destes ao nível de, pelo menos, regional.-----

Quanto ao arvoredo urbano, começo por perguntar qual é o ponto de situação da elaboração do Regulamento dos Espaços Verdes e a consequente classificação das árvores centenárias, árvores monumentais do concelho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

É o caso do sobreiro, que tem centenas de anos, que se encontra nas escadas de acesso ao Mercado Municipal. É o único sobreiro que conhecemos com esta dimensão. Trata-se de uma árvore nacional, protegida por Lei, mas abandonada pelo Município.-----

Está o Município disponível para intervir nestes espaços, sem custos acrescidos, no sentido de dar dignidade àquele espaço e dignificar de alguma forma esta árvore monumental?-----

O anfiteatro da Cerca, espaço nobre da cidade, constituído, fundamentalmente, por carvalhos, único no país, elogiado por todos quantos nos visitam que, apesar de ter tido uma intervenção recentemente, continuam a existir situações aberrantes que podem pôr em causa o seu futuro enquanto anfiteatro natural.---

No que diz respeito ao Espaço do Mirante – Paixotão, o nosso Penedo da Saudade, as atividades culturais desenvolvidas pela Associação Go Romaria naquele espaço, veio pôr a nu e alertar para o estado em que se encontram as placas de granito com os poemas de autores gouveenses. É um desrespeito pelos nossos poetas e uma imagem decadente deste espaço para quem nos visita.-----

Deixo-lhe uma sugestão Senhor Presidente, se nada for feito até ao verão, aproveite os programas de ocupação de tempos livres dos jovens e faça-lhe o desafio de propor-lhes a limpeza destas lápides e a sua pintura”.-----

Seguidamente, visualizou-se as imagens das árvores em causa:-----

“A primeira imagem diz respeito ao sobreiro que se encontra nas escadas de acesso ao Mercado Municipal. É uma árvore associada às Festas do Senhor do Calvário. Era uma tradição o andor do Senhor do Calvário ser coberto com cortiça e no dia em que recolhia à capela era leiloado aos bocadinhos para fins de proteção contra os incêndios. É de facto uma árvore que merece mais respeito pelo Município. Todos os concelhos têm árvores monumentais classificadas e o concelho de Gouveia a única que tem é a das Aldeias e foi a URZE que a fez.-----

Seguidamente, uma série de fotografias relacionadas com a Cerca. Não faz qualquer sentido pôr as árvores dentro de muros. Das duas uma, ou queremos muro ou queremos árvores. Aquele espaço, sem os carvalhos, não é o mesmo e corremos o risco de matar aquele espaço. Não custa nada eliminar aqueles muros e deixar as árvores crescerem livremente.-----

De seguida, imagens da Senhora do Monte, em Mangualde da Serra, onde outrora existiam duas árvores monumentais, com quinhentos anos! Neste momento, apenas existe uma árvore, porque, uma delas ardeu. Mas antes disso, só faltou calcetar pela árvore acima! A árvore se não tiver espaço e humidade ela vai morrer!-----

Outro exemplo que gostaria que o Município interviesse diz respeito a um castanheiro, talvez a árvore mais antiga de Gouveia, situado na freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

São Paio e que carece de algum cuidado. É privado, mas é possível entrar em contacto com os proprietários no sentido de preservar este monumento vegetal e temos de facto que cuidar dele.-----

Para finalizar, as referidas lápides que estão no Jardim do Paixotão. Como se pode verificar não se reconhece nem uma palavra. É tão simples fazer uma limpeza e dar a dignidade que merece. Um espaço que foi intervencionado há tão pouco tempo, e ainda bem, mas temos que cuidar dele.” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD) referindo o seguinte:-----

“Começo por dar nota da forma como o Município assinalou o Dia Mundial do Turismo com uma atividade cujo objetivo era o de conhecer o legado da água e do seu património, nomeadamente as fontes, levadas, mini-hídricas e a sua relação com a cidade de Gouveia.-----

Em relação a este evento, tenho que dar uma pequena nota pessoal que não tem necessariamente a ver com o evento, mas com a sua comunicação. O cartaz estava mesmo muito apelativo e acho que é notória a evolução que o executivo tem tentado imprimir nesse aspeto específico da comunicação.-----

Regresso a um tema que já tive a oportunidade de questionar o Senhor Presidente da Câmara, mas que tenho que voltar a abordar, não só porque não foi alcançado um consenso, mas também porque estivemos reunidos em Assembleia de Freguesia na semana passada e sabemos também que a Câmara já recebeu a posição da mesma Assembleia relativamente à Urbanização dos Pollins.-----

Após consulta daquilo que são as Cartas Administrativas Oficiais desde o ano de 2001 e também a Carta Administrativa do Atlas Ambiente Portugal de 1982, com os limites desde 1970, é possível perceber que os limites que definem a zona em questão nunca foram alterados. O erro é fácil de ser definido. Foi aprovado um loteamento com números de polícia numa freguesia onde este loteamento não se localiza. É tão fácil de perceber o erro, como será, penso eu, de encontrar uma resolução prática que envolva o menor custo possível mas que terá, obviamente, que ser assumido por quem o cometeu.-----

Em Assembleia de Freguesia, pareceu-nos a todos, que este problema não pode ser encarado com “óculos clubísticos” e tem que ser resolvido de forma franca, prática e sem dano para os moradores. E penso que deve ser também claro que nenhuma Junta de Freguesia deseja o prejuízo de qualquer morador ou grupo de moradores e acho indecorosa a tentativa de vilipendiar um executivo ou uma Junta apenas porque olham para a resolução de problemas concretos com o cérebro e não com o coração que tantas vezes nos causa alguma atrapalhação nas decisões e nas posições que tomamos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Continuando em Vinhó, tenho que parabenizar o Município por uma obra que os vinhoenses desejavam, a “Requalificação da Avenida José Domingos Paulo até ao Bairro da Vinha Velha”. Este investimento de quase 200 mil euros, vai permitir com certeza devolver à população uma zona altamente utilizada e que apresentava deficiências graves ao nível do pavimento e do escoamento das águas pluviais.-----

Não posso terminar o elogio sem fazer um pequeno reparo. Sei por experiência própria que aquilo que muitas vezes os projetistas idealizam nem sempre é de fácil aplicação no terreno, ora porque os levantamentos topográficos não estão corretos, ora porque o empreiteiro é teimoso, ora por uma série de outros motivos que, no dia-a-dia, bem conhecemos. Percebo que neste projeto a acessibilidade foi um fator importante a ter em conta, mas não podemos pensar em acessibilidade, em criar rampas de acesso aos passeios ou fazer sub-elevação de passadeiras e depois manter os canteiros das árvores elevados fazendo com que existam zonas onde não passa sequer um peão, quanto mais um carrinho de bebé ou uma cadeira de rodas, porque também é disto que falamos quando falamos de acessibilidade. Para um passeio ser considerado acessível deve cumprir com uma largura de um metro e meio, e sei que numa reabilitação nem sempre é possível cumprir com estes valores, roubando noutras zonas, mas diminuir o canteiro das árvores no passeio e rebaixar os paralelos colocados a fazer a sua marcação poderia ser o início da resolução deste problema. Penso que uma visita ao local permite perceber facilmente ao que me refiro.-----

Para terminar, e porque a minha União das Freguesias também não é só Vinhó, gostaria de saber o ponto de situação do projeto de requalificação da área de lazer da Acessada em Moimenta da Serra.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) começando por se referir ao agendamento da presente sessão da Assembleia Municipal a uma quinta-feira, às 20 horas, entre dias de trabalho. Ele, particularmente, deslocou-se de Coimbra e regressará a Coimbra. E, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, voltar a marcar as sessões para as quintas-feiras, estará presente. No entanto, considera que há outros dias da semana que podem beneficiar não só a participação do público, mas também beneficiar aqueles que, das duas bancadas parlamentares, se deslocam de longe e fazem um esforço para estar presente neste órgão em prol do seu concelho.

Posto isto, de seguida o Senhor Deputado fez referência ao dia 21 de fevereiro de 2022: política ambiental municipal. Esta Assembleia aprovou, por unanimidade, sem grande celeuma, a constituição de um grupo de trabalho que não visa substituir-se ao Município, visa sim, trabalhar no âmbito da Assembleia Municipal e das competências da Assembleia Municipal para fazer uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

fiscalização em termos daquilo que é a política ambiental do Município e daquilo que serão os objetivos e os desafios que têm pela frente.-----
Passaram 220 dias! Mais de sete meses e não foram capazes de reunir, mesmo depois do Senhor Presidente da Assembleia ter enviado um e-mail a solicitar disponibilidade para reunir no mês de julho. Considera que falta aqui qualquer coisa. Ou vontade ou a energia que o líder parlamentar do PS falava na última Assembleia Municipal. Alguma coisa falta. Uma coisa é certa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com todo o respeito e consideração que lhe merece, e sabe que assim é, não está a respeitar as deliberações desta Assembleia.-----

“De que é que estamos à espera? Estamos à espera que o Município tenha verdadeiramente alguma coisa?” – Perguntou.-----

O objetivo deste órgão, mais do que a fiscalização, que é importante, é ajudar a construir, aproveitando conhecimento técnico e profissional de muitos dos membros deste órgão em prol dos desafios que são importantíssimos e que, quer queiramos ou não, andarão todos à volta do ambiente. Aliás, a presente sessão, se tivesse que ter um tema, era o tema do ambiente. Presenciaram as intervenções, emocionadas, das Senhoras Presidentes de Junta que vivenciaram os incêndios. Estamos a falar de ambiente. Ao falar da água, estamos a falar de ambiente. Ao falar de energia, estamos a falar de ambiente. É preciso juntar isto tudo e criar um verdadeiro plano, objetivos e acompanhar esses objetivos.-----
Concluindo, acrescentou ainda, “só assim poderemos ser uma referência. Podemos ter uma palavra a dizer ou só nos vamos lamentar como, por exemplo, no caso dos incêndios e não somos capazes de nos sentar, de nos unir, quer internamente, quer com os concelhos limítrofes, para ter algum poder de decisão ou ter alguma força junto do poder central.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumindo a culpa em relação à não reunião da Comissão do Ambiente, porquanto lhe foi dito que havia um estudo sobre impacto ambiental que estava a ser elaborado, pensando que o mesmo já estava praticamente concluído e até equacionou convidar a pessoa que o está a elaborar para hoje o vir apresentar. Só ultimamente é que lhe disseram que o estudo não estava concluído. A culpa foi sua, perderam de facto muito tempo, mas vão tentar recuperar.-----

d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por felicitar a Assembleia pelo regresso à sua sala, na qual se devem realizar estes trabalhos, dado tratar-se a Casa da Democracia gouveense.-----

----- Começando por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, solidarizou-se com os votos de pesar pelos concidadãos que faleceram recentemente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

No que diz respeito aos incêndios e às medidas que o Governo anunciou, as mesmas dizem respeito ao financiamento dos investimentos que vão ter lugar para reposição e sustentabilidade das próprias encostas, apoiar as empresas e pessoas que sofreram. Há ainda uma verba destinada a ações de promoção dos territórios, uma vez que há vários agentes económicos, nomeadamente hotelaria e restauração, que tiveram cancelamentos de reservas, pois diziam os clientes que, como estava tudo queimado, não queriam vir a um território queimado.-----

Portanto, para combater essa imagem ou essa ideia que as pessoas possam ter, vai ser realizada uma campanha de promoção destes territórios, para que estes mostrem que, apesar daquilo que infelizmente aconteceu, há muito mais para ver, muito mais para visitar, muito mais para saborear e muito mais para colher em termos de património cultural.-----

Estes apoios serão concedidos através do ICNF, com o qual estão em negociação, dado que a postura do ICNF tem sido tudo menos clara e tudo menos transparente e foi necessária a realização de uma reunião que se efetivou na cidade de Manteiga, com o Senhor Ministro do Ambiente que, honra lhe seja feita, para que o ICNF se portasse, minimamente, à altura.-----

Desta feita, serão celebrados contratos-programa com os Municípios afetados. Há ainda a necessidade de visita aos locais para verificação dos problemas, respetivas soluções e custos, pois o Governo tem a noção que só por si não tem capacidade para resolver estes problemas e, portanto, necessita dos Municípios para que, no terreno, estes trabalhos sejam efetivamente concretizados.-----

O Município de Gouveia está disponível para colaborar, no entanto, pretendem que o processo seja o mais claro possível e, sobretudo, com os valores devidamente acautelados e não com valores que fiquem aquém daquilo que hoje é corrente no mercado. Caso contrário, os Municípios assumiam esses trabalhos e tinham que pôr a diferença entre aquilo que o ICNF se propunha a pagar e o montante que efetivamente era necessário pagar aos empreiteiros. Há uma área que se prende com a requalificação de equipamentos municipais que, ao contrário de 2017, é apoiado a 60%, o que significa que os Municípios vão ter que arcar com 40% desses financiamentos.-----

Relativamente à questão da rede hidrográfica, informou que, dentro destas requalificações que vão ser realizadas, há um conjunto de intervenções que vão ter lugar nas linhas de água, pelo que há situações que vão poder ser realizadas e espera que uma boa parte delas fique, de uma vez por todas, resolvida com estes investimentos que vão ser feitos.-----

----- À intervenção do substituto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Melo e Nabais, o Senhor Presidente informou que a adjudicação da Vila Josephine já se encontra resolvida, depois de um primeiro concurso ter ficado deserto mas, para isso, houve necessidade de aumentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

substancialmente o valor. Infelizmente, é essa a prática hoje em dia. Vão avançar com a obra o mais rapidamente possível para que seja um espaço de cultura, não só de Melo e de honra a Vergílio Ferreira, mas também do concelho.-----

Relativamente ao Paço de Melo, aquilo que se encontra articulado com a Direção Regional da Cultura do Centro e que esta terá acautelado nas suas intenções de investimento para 2023, será, para já, o montante de um milhão de euros, esperando que tal montante se possa concretizar.-----

Tal como em relação à Casa da Câmara, é um projeto municipal que está a ser ultimado para que, efetivamente, em 2023, possa ali ser realizada a intervenção que é necessária. -----

----- À intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, que colocou a questão da água, juntamente com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio, assegurou que, aquilo que disse na altura, mantém. As coisas entretanto evoluíram. Recentemente realizou-se na Câmara uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta e com a Presidente da ERSAR que veio reafirmar de uma vez por todas e de uma forma muito clara que as entidades gestoras não eram as Juntas de Freguesia, ou seja, as entidades gestoras do sistema não podem ser as Juntas de Freguesia. Poderão, eventualmente, desempenhar algumas tarefas. É isso que, juntamente com a questão do património, vão tratar nas reuniões que vão realizar. Esta questão terá que ser resolvida até ao final do ano para que no orçamento de 2023 sejam acautelados os montantes para compensação às respetivas Juntas de Freguesia.-----

Chamou à atenção, uma vez mais, de que as situações não são idênticas, cada Junta de Freguesia é uma realidade, embora o princípio geral é que não há por parte da Câmara qualquer intenção de provocar prejuízo às Juntas de Freguesia, mas cada situação é uma situação diferente e tem que ser tratada dessa forma.----

No que diz respeito aos incêndios, tal como em 2017, uma vez mais, Figueiró da Serra estava sozinha. Este incêndio demonstrou que, para além de todas as questões que se prendem com a coordenação dos meios humanos e materiais que estavam no terreno e que, em determinada altura, eram bastantes, mas ainda assim a descoordenação que se verificou produziu como resultou que o incêndio se prolongasse por dias e dias.-----

Tanto ele, como o Coordenador Municipal da Proteção Civil, estiveram várias noites a acompanhar o incêndio, antes do mesmo entrar no concelho de Gouveia, inclusivamente, a Câmara Municipal de Gouveia, contratou uma máquina de rastros para trabalhar fora do concelho de Gouveia de modo a atacar e a ajudar os bombeiros a combater o incêndio. Foi feito um trabalho notável naquela noite com a colaboração dos bombeiros. Estavam num local perto do posto de vigia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

que fazia a transição entre o concelho de Manteigas com o concelho da Guarda, estavam com diversos autotanques de várias zonas do país, os bombeiros estavam cansados, a maior parte deles estavam a descansar no interior das viaturas e, o que é certo é que, de manhã, o fogo galgou e passou por cima delas. E, a seguir, foi “ir atrás do prejuízo”. Foi aí que o fogo passou para a Guarda e para Gouveia e foi nessa altura que se perdeu completamente o controlo do incêndio.-----

De facto a grande questão, e tal como foi referido, concordando perfeitamente com o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS), aquilo que os autarcas destes Municípios solicitaram é que fosse criada uma comissão independente que averiguasse quais as razões para que o incêndio não fosse travado em diferentes momentos e em diferentes locais e que impediam e deviam ter evitado que o incêndio tivesse ganho a extensão que ganhou.-----

São agora surpreendidos por uma comissão constituída por mais de trinta pessoas ou entidades da qual fazem parte as entidades que estiveram envolvidas no combate ao incêndio, ou seja, essas entidades vão ser juízes em causa própria! Está aí a imparcialidade e a independência desta análise! As explicações que as populações exigiam aquando a deflagração dos incêndios, uma vez mais, não vão ter resposta nenhuma! Nem com métodos da Nato ou de outros quaisquer que não interessam para aqui, porque as coisas são muito simples, há uma fita do tempo do incêndio e estará tudo lá gravado e, portanto, as coisas serão fáceis, não é necessário nenhuma comissão.-----

Quando solicitaram a criação desta comissão independente e indicaram uma entidade independente precisamente para efetuar este estudo, o objetivo, não é apurar culpados, mas é verificar quais foram os erros para que se aprenda com eles e não se repitam no futuro. Não foi isso que foi feito e nem vai ser isso que vai ser feito. Infelizmente, continuamos a empurrar as coisas e não iremos a lado nenhum.-----

----- Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra disse que desconhecia qual a obra que foi recusada à Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra solicitando ao Senhor Presidente de Junta o devido esclarecimento.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra dizendo que a justificação que lhe deram na altura para a recusa, se deveu ao facto da Câmara já andar a realizar uma obra muito grande em Vila Franca com a ETAR e não podiam fazer mais nenhuma obra. Foi recusada há cerca de quatro anos, era uma obra de 9 mil euros, pelo que cabiam 4.000 euros à Câmara. Contudo, neste momento, a obra já está realizada. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo no que diz respeito à fibra ótica, o Senhor Presidente de Junta sabe que ele se tem esforçado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

para que a freguesia de Vila Franca da Serra seja coberta pela fibra, inclusivamente houve contactos com uma operadora nesse sentido, até na sequência de uma informação que o Senhor Presidente de Junta lhe prestou, de que haveria uma empresa que já estava servida de internet. Nessa medida, solicitou à empresa esse estudo, mas ainda não teve retorno, para que algumas entidades da freguesia, uma das quais a Junta de Freguesia, para que pudessem ficar cobertas por essa possibilidade. Vai voltar a insistir para saber qual o resultado e informará o Senhor Presidente de Junta. Tomou em devida nota as diferentes questões, sendo que, no que diz respeito à fossa na Ponte Nova, é uma prioridade e é para realizar no próximo ano.-----

----- À intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso relacionada com os incêndios, já abordou. No que diz respeito às visitas que foram feitas pelo ICNF, embora tivesse havido o acompanhamento por parte de um técnico da Câmara, as mesmas foram realizadas por técnicos daquele Instituto. Como referiu anteriormente, a relação do Município com o ICNF não tem sido fácil e só na terça-feira passada, na reunião em Manteigas, foi efetivamente conseguido salvaguardar não só em termos de trabalhos, quantidades desses trabalhos, mas também valores para a sua execução, montantes que se adequam face àquilo que são os preços correntes de mercado, para que não fossem os Municípios sobrecarregados com mais despesas.----- Quanto à criação de um espelho de água, referiram junto da APA a necessidade da sua criação, esperando que agora nestes investimentos - que não são cem milhões, mas sim, oitenta e cinco milhões de euros, na melhor das hipóteses - isso esteja contemplado, uma vez que foi indicado, tal como outros troços de linhas de água que vão ser intervencionados. Aliás, o Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil, na próxima segunda-feira, vai acompanhar um técnico da APA para voltarem a verificar estas questões ligadas com as linhas de água.-----

----- Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira no que diz respeito à Urbanização Polins, ainda no dia anterior se realizou uma reunião na Câmara sobre este assunto, que contou com a presença de um técnico, mas de facto há uma posição assumida pela Assembleia de Freguesia de Vinhó, com base numa cartografia e informação da Direção Geral do Território. Agora, que fique claro, não houve qualquer erro da Câmara quando licenciou aquele loteamento, porque quer no registo da Conservatória do Registo Predial, quer na matriz das Finanças, está descrito “Freguesia de Nespereira”. Correto ou errado. E, portanto, não houve erro da Câmara, ao contrário do que se possa pensar. Quando qualquer particular coloca um projeto de licenciamento, tem que anexar sempre o registo de propriedade do imóvel e a Câmara Municipal não vai verificar, nem tem que verificar, se aquilo que consta do documento está correto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ou errado ou é falso ou é verdadeiro. É um documento oficial e é com base nesse documento que é feito o licenciamento. Nesse caso, a Câmara agiu com base na informação que tinha e agiu corretamente.-----

Parabenizou também o Rancho Folclórico de Nespereira pelo seu aniversário.---

----- Manifestou a sua concordância com a intervenção do Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS). Acha que esta questão não é uma questão partidária. É uma questão de opção de um país que se quer efetivamente procurar ser minimamente coeso ou não. E, neste caso, não o são e falharam todos em termos partidários. Espera que aquilo que venha a ser o Plano de Revitalização da Serra da Estrela possa contribuir para se recuperar muitas das coisas que se foram perdendo, pois apesar de terem tido esta desgraça dos incêndios, isso abriu portas para que duas questões sejam pensadas e repensadas e que este país mostre efetivamente que quer o desenvolvimento destes territórios. Uma: qual é o papel que queremos para o ICNF nos nossos territórios? Se é para continuar a ser força de bloqueio para tudo e mais alguma coisa, não vale a pena. Para isso, não precisamos dele. Qual tem sido o papel do ICNF nos nossos territórios? As pessoas abandonarem as suas terras e ficar tudo com giestais. Não precisamos de uma instituição como o ICNF para proteger giestais.-----

E, mais, ficámos a saber que nos incêndios de 2017 muita madeira ardeu, muita madeira saiu dos nossos territórios, muita madeira saiu dos baldios, e os baldios estão em parceria com o ICNF, 40% dessa receita foi para o Estado através do ICNF, nenhum desse dinheiro foi investido neste território na sequência desse incêndio. Ou seja, nem na desgraça houve o mínimo de pegar naquela parcela de dinheiro e investir no território que foi alvo do incêndio. Essa é uma das coisas que vamos exigir agora, na madeira que for retirada a percentagem do ICNF terá que ser obrigatoriamente reinvestida no território, porque daquela vez não foi investido nem um centímo. Para isso não precisamos do ICNF. Para isso que entreguem a gestão desta área aos municípios, com base em contratos-programa em que o papel do ICNF seja completamente diferente. Por exemplo, a Ana, a heroína, de arranjar a sua casa para ter condições mínimas para lá viver porque não pode mexer na pedra. Para isso não precisamos do ICNF. Não é por isso que a natureza é mais ou menos protegida, pois para além da natureza há as pessoas. Quando iniciaram os trabalhos do PIER dos Casais de Folgoso, conseguiram uma fotografia aérea da Força Aérea Americana dos anos sessenta. Aquela imagem com uma nitidez fantástica era uma imagem de campos cultivados, não havia ali giestas, não havia ali mato. É certo que as pessoas vão envelhecendo, é certo que as pessoas vão ficando cansadas, é certo que as pessoas vão tendo estes obstáculos todos que lhes vão sendo colocados e as terras vão ficando abandonadas. A melhor forma de combater ou evitar que o incêndio tenha as proporções que teve é terem as terras cultivadas e terem as terras com gente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

viver lá. Não é ocupar as terras com palacetes, não é isso, mas têm que ter as condições mínimas, mas não se pode cativar um casal jovem para viver nos Casais sem luz, sem água canalizada. Como é que é possível? Querem que as pessoas vivam como há cinquenta ou sessenta anos? Isso é que é a natureza?----- É de opinião que esta desgraça dos incêndios teve, pelo menos, duas coisas boas que havemos de conseguir, a presença do ICNF há-de ser diferente. Os Municípios, em co-gestão, hão-de passar a ter um papel preponderante e muito mais ativo.-----

O outro assunto, muito importante, que este incêndio vai certamente colocar em discussão e espera que se alcance a devida solução: o fim da Turistrela. Uma entidade que tem uma concessão acima dos oitocentos metros em que se algum proprietário de terreno quiser fazer um empreendimento turístico que possa ser efetuado, que possa ser licenciado, tem que pedir autorização ao Sr. Artur Costa Pais para o fazer. Caso contrário, acontece-lhe aquilo que aconteceu aos promotores do empreendimento turístico Casas de São Lourenço, em que o Estado concessiona, os promotores investem e depois recebem uma carta de um escritório de advogados de Coimbra mais ou menos nestes termos: *“os Senhores, fizeram um óptimo investimento, mas, como sabem, acima dos oitocentos metros, é o meu cliente que manda. Portanto, há duas soluções possíveis, se querem explorar têm que pagar ao nosso cliente para poder explorar ou então nós exploramos e negociamos uma renda com os Senhores”*. Este é o ponto de situação e a atuação da Turistrela. A Turistrela não faz nada, não contribui com nada de positivo e, por isso mesmo, estamos a sensibilizar o Governo, nomeadamente a Senhora Secretária de Estado do Turismo, a Senhora Ministra da Coesão e o Senhor Ministro do Ambiente porque esta situação não pode continuar de forma alguma ou ela cai politicamente ou vai cair juridicamente. Isso garanto-vos que vai cair!-----

----- Em resposta à intervenção do Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) no que diz respeito às Festas do Senhor do Calvário que demonstraram que os gouveenses estavam ávidos de voltar a conviver, de voltar a ter festa, com verdadeiras “enchentes”, o que significa que era um bom programa e veio demonstrar que as Festas do Senhor do Calvário continuam a ser a grande Romaria que sempre foi e que nós queremos que continue a ser.----- Relativamente à questão do arranque do ano letivo de facto há uma excelente articulação, nomeadamente através do Senhor Vice Presidente com o Senhor Diretor do Agrupamento e que foi possível, com demais entidades que o ano letivo se iniciasse da melhor forma possível. O Município ofereceu os livros de fichas, apesar de terem sido requisitados atempadamente, houve um atraso na sua entrega por parte das editoras.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Relativamente à questão da energia e no que diz respeito às luminárias LED, ao contrário de outros concelhos, o Município de Gouveia não avançou para um processo EZE. O processo EZE não é mais do que uma concessão em que um operador privado substitui as lâmpadas e atribui à Câmara 10% ou 15% daquilo que for a poupança. A Câmara de Gouveia está em articulação com a EDP a realizar a substituição de, todos os anos, mais de mil lâmpadas LED, mas beneficiam de 100% da poupança. Preferem este método do que estar a receber 10 ou 15%. Para além disso, a CIM_BSE está a trabalhar para constituir uma Comunidade de Energia que abranja não só os Municípios mas que vá ter reflexos também na poupança de energia por parte dos munícipes. No dia 7 de outubro vai realizar-se uma última reunião para limar os últimos pontos que falta limar para avançarem. Poderão não avançar todos os municípios nesta fase, mas avançaram aqueles que entenderem. O Município de Gouveia entende nesse sentido avançar desde já para constituição de uma Comunidade LED para as poupanças que não só o Município, mas também os próprios munícipes possam efetivamente ter.-----

----- Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Sara Almeida (PS), relativamente à falta de dinamismo do Mercado que a Senhora Deputada aludiu, arrancou-se com catorze comerciantes no Mercado e, neste momento, são dezoito. Existem, neste momento, três interessados numa loja, o que significa que interessados não faltam e temos conseguido fixar pessoas no mercado e tendo em conta os ramos de atividades que estão envolvidos vão contribuir certamente para dar maior dinâmica àquele espaço.-----

Relativamente à questão do Restaurante, existiram três interessados, contudo, decidiram desistir por razões que só a eles lhes dizem respeito. É um espaço que já está equipado com diverso equipamento, faltando apetrechar com as louças, que caberá a cargo de quem ocupar o espaço.-----

----- À intervenção do Senhor Deputado Diogo Guerra (PPD/PSD) acompanha-o na sua intervenção, de facto os bombeiros foram incansáveis, em particular os bombeiros do concelho de Gouveia que em muitas situações só eles é que conseguiram resolver e não podem estar mais agradecidos aos Bombeiros de Gouveia. Agora há todo um trabalho a fazer para recuperar o território.-----

Em relação à prova Xtrem Estrela, foi um evento que juntou mais de cinquenta atletas e que correu muito bem, percorreu diversos locais no nosso concelho e será certamente para prosseguir numa próxima edição.-----

----- Respondendo à Senhora Deputada Raquel Silva (PS) no que diz respeito às melhorias que se podem introduzir no Regulamento de Medalhas de Honra e Mérito, estão completamente disponíveis para isso, é um Regulamento que já tem alguns anos e os assuntos não são estáticos e estão de acordo com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

sugestões que possam vir seja em sede de Assembleia, seja pela Câmara, estão disponíveis para atualizar ou melhorar o documento.-----

----- Em resposta à Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) de facto há uma empresa que instalou em Gouveia um laboratório para desenvolver métodos de uma melhor produção relativamente a diversos produtos não só em relação ao vinho, pois em breve vai ter em relação ao azeite. É algo que gradualmente vai ganhar dinâmica e que certamente se vai tornar um polo de referência no país pelos trabalhos que pretendem realizar.-----

Associou-se às felicitações aos vencedores do concurso de vinhos da Comissão Vitivinícola do Dão que venceram, não só em número como em relevância dos prémios, o que demonstra uma vez mais a excelente qualidade dos nossos produtos. Significa o excelente trabalho que quer os produtores, quer os enólogos estão a desenvolver no nosso concelho.-----

----- Em resposta à intervenção do Senhor Deputado José Santos Mota (PS) no que diz respeito ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, está válido e atuante. Foi aprovado em Assembleia Municipal, obteve o parecer favorável e positivo do ICNF e quando estava na fase da publicação surgiu a questão da cartografia de risco que, entretanto, foi suspensa. Contudo, com a entrada em vigor desta cartografia estes planos caíam porque eram substituídos por esta cartografia. Felizmente, o Governo, em boa hora e, face às reclamações, que surgiam de todo o país, suspendeu esta Carta de Risco que está suspensa até março. Até lá o nosso Plano está perfeitamente válido, esperando que essa cartografia de risco tenha em consideração efetivamente os territórios e não seja elaborada por entidades, uma, que ninguém percebe para que serve, chamada AGIF, a outra, pelo ICNF. Mas, como estas duas entidades hoje em dia não se entendem, pode ser que a próxima Carta de Risco seja mais positiva ou, pelo menos, com menos asneiras.-----

Informou que a Câmara está disponível para auscultar e receber os contributos para o Plano de Defesa Municipal da Floresta contra Incêndios.-----

Relativamente à questão do Regulamento dos Espaços Verdes, disse que naquele momento não estava em condições de o informar cabalmente relativamente ao ponto de situação. Agradeceu as chamadas de atenção que fez relativamente às imagens visualizadas, são aspetos que têm que ser tratados e ainda bem que os referiu para que sejam tomados em devida conta.-----

----- À intervenção da Senhora Deputada Daniela Figueiredo (PPD/PSD) relativamente à Requalificação da Av.^a Domingues Paulo, a obra está a decorrer, é uma requalificação que há muito era aguardada pelos fregueses daquela freguesia. Quanto ao aspeto que a Senhora Deputada abordou, só no local se irá verificar de que forma pode ser alterado e corrigido para manter não só as árvores, mas também a passagem de carrinhos de bebé e possa ser alterado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

No que diz respeito à Requalificação da Ponte Assessada, o projeto está para ser remetido para a APA para emissão de parecer e depois disso podem avançar para o procedimento para o empreiteiro que irá fazer a obra.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Filipe Monteiro (PS) informou que os subsídios vão ser pagos no mês de outubro.-----

Relativamente ao autocarro, informou que sofreu uma avaria complicada, pelo que, face à idade e às limitações que tem, estão a ponderar se efetivamente vale a pena a resolução da avaria ou a substituição por um outro autocarro.-----

----- Solicitou o uso da palavra a Senhora Deputada Daniela Figueiredo (PPD/PSD), tendo-lhe sido concedida, para explicar que um dos documentos obrigatórios na entrega de qualquer processo de licenciamento, seja ele na Câmara Municipal de Gouveia, em Vila Real de Santo António ou de Macedo de Cavaleiros, são as plantas de localização, que são elementos que se levantam nas Câmaras Municipais, onde estão definidos os limites de território. Essas plantas de localização, em conjunto com as certidões - porque às vezes os técnicos também submetem plantas com áreas que não correspondem àquilo que consta nas certidões - servem para no saneamento do processo os técnicos que estão a analisar poderem dizer e poderem enviar ofícios a quem submete os processos a dizer se está em conformidade. Caso não esteja, solicitam o devido esclarecimento em sede própria.-----

Esclareceu que não pretende com a sua intervenção culpabilizar ninguém, é de firme opinião que só não erra quem não faz - e também erra todos os dias - mas o erro aconteceu. Esse saneamento pode não ter sido corretamente feito e isso conduziu ao ponto em que se encontram hoje.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa informando que a União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó enviou os documentos para a reunião que se realizou no dia anterior. Entretanto, a reunião foi inconclusiva. Pareceu-lhe existir uma posição algo intransigente da parte desta União de Freguesias, aliás, também não ficou descansado porque lhe pareceu que estão a pensar em avançar para a titularidade de terrenos junto ao Cruzamento da Pulga. Seja como for, não chegaram a conclusão nenhuma pela verificação dos documentos. Agora, considera que muito mais importante do que um terreno ou uma localização, são as pessoas e para além de tudo o que se possa decidir há sempre que pensar no bem-estar e na vontade das pessoas.-----

Por outro lado, este Loteamento foi aprovado em 1998, portanto, não se pode atribuir culpas a esta Câmara, este processo já vem de trás, com erros, que, provavelmente, pelo que lhes foi dito pelo técnico que esteve presente na reunião, nem é tanto por culpa da Câmara, mas de outras instâncias que certificaram aquela área. Todavia, vão continuar a acompanhar o processo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Solicitou o uso da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) tendo-lhe sido concedida, reiterando a questão colocada em relação aos apoios aos investimentos privados.-----

No que diz respeito ao Loteamento Polins, os documentos são importantes na medida em que é a tomada de posição da União de Freguesias sobre o assunto. Por outro lado, era interessante saber se foi sempre a mesma opinião que a União de Freguesias teve sobre este assunto, porque, às vezes, de repente, desperta-se para o assunto, pois a informação que tem é que nem sempre foi esta a posição.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara informando relativamente à política de apoio às entidades privadas. Pela interpelação feita pela Senhora Deputada certamente estará a referir-se ao investimento da New Life Portugal. Qualquer investimento que se traduza no reforço da capacidade hoteleira do concelho de Gouveia e seja um investimento relevante e tudo aquilo que ele envolve e tudo o que a Câmara puder contribuir com investimento em caminho ou estrada pública, que está em terra, para melhorar a acessibilidade, considera que é um dever da Câmara.-----

Por outro lado, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra também sabe que tem a preocupação de alcatroar o chamado “Caminho dos Belgas”, embora considere que não se devem comparar os casos. O investimento em Vila Franca da Serra é de uma determinada dimensão, o investimento feito no Caminho das Regadas são mais de sete milhões de euros e estão ali criados mais de cinquenta postos de trabalho, para além de que este caminho serve também outros proprietários que ali moram. São coisas diferentes, mas todas elas importantes para o concelho de Gouveia.-----

No que diz respeito à fibra ótica e aquilo que têm sido os esforços para colocar fibra na freguesia de Vila Franca da Serra, na sequência da informação do Senhor Presidente de Junta de que há uma empresa que tem internet se havia possibilidade de, a partir dali, ela ser, pelo menos, estendida a alguns equipamentos da freguesia.-----

Aquilo que a empresa lhe transmitiu é que não estava nos seus planos para este ano efetuar investimento em Vila Franca da Serra para disseminar o sinal de internet, contudo solicitou que, pelo menos, a Junta de Freguesia, o Centro de Dia e uma empresa que lá está sediada e também tem problemas, ficassem salvaguardadas. Está a aguardar a resposta da empresa relativamente a este investimento. Sendo certo que, o projeto prioritário da CIM_BSE – Reconnect – tem a ver com o colocar fibra em todos os pontos de todas as freguesias dos concelhos que compõem a Comunidade Intermunicipal e isso tem que ver com o Projeto 5G que está a decorrer e do processo que a ANACOM levantou das “zonas brancas” do território. A Câmara respondeu e, ao que sabe, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

informação da Senhora Ministra da Coesão, em outubro vai haver um primeiro ponto de situação relativamente “às zonas brancas” que não são cobertas por fibra. Vai haver a seguir um outro processo de auscultação pública novamente e aquilo que a Senhora Ministra da Coesão nos referiu foi que espera que até ao final do 1.º trimestre de 2023 o processo esteja concluído e as operadoras comecem a disseminar a rede de internet pelo país para as zonas que não estão hoje em dia cobertas.-----

II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

----- Não se verificou a intervenção por parte do público presente.-----

III - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

PONTO 1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO EXCEPCIONAL JUNTO DO FAM - FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado que a sua apresentação fosse feita pela Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Devidamente autorizada usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, iniciando a apresentação da proposta de contratação de empréstimo, referindo que, uma vez que o Orçamento do Estado para este ano, permite a contratação de um empréstimo junto do Fundo de Apoio Municipal, para financiar a despesa corrente, desde que o Município cumpra o Limite legal de endividamento, que é o caso do Município de Gouveia.-----

Devido à redução das receitas provenientes do Orçamento de Estado de, aproximadamente, 700.000€, correspondente a 124.756€ de despesa corrente, permitindo assim a contratação de um empréstimo exatamente neste valor pelo prazo de 10 anos à taxa fixa de 0,95%.-----

Deste modo, propomos à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo excecional junto do FAM.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Almeida (PS) proferindo a seguinte intervenção:-----

“Estamos aqui a discutir a contratação de um empréstimo para financiar despesa corrente do município, é isso mesmo, despesa corrente, e não para financiar um qualquer projeto de relevo.-----

Ainda que o executivo justifique a necessidade deste empréstimo com o aumento de despesas correntes associadas à prevenção e mitigação da pandemia e, bem assim, com redução de receitas provenientes do Orçamento de Estado, em 2022,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

o que é facto é que outros municípios, sujeito às mesmas contingências, optaram por diminuir despesas e não por contrair empréstimos.-----

Entre contrair mais um empréstimo ou fazer um esforço de poupança, parecem-nos que se assim o Município de Gouveia o quisesse era possível optar por esta segunda alternativa.-----

Este empréstimo mais não é do que uma prova da incapacidade de este executivo gerir as contas.-----

Não nos podemos dar ao luxo de contrair um empréstimo, sejam quais forem as condições do mesmo, para dar resposta a despesas correntes.-----

Este, como qualquer outro empréstimo, é dívida, contribui para reduzir a capacidade de endividamento do município e, em consequência, compromete a viabilidade de qualquer grande projeto estrutural que se pretendesse prosseguir.-----

É como o grande empréstimo de um milhão e 850 mil euros que foi contraído em março do ano passado para financiar sete projetos, estando prevista a sua utilização para o prazo de 2 anos, quando, na presente data, existem projetos ainda por iniciar. Ou seja, estamos a pagar juros por uma importância tão avultada e alguns dos projetos por realizar.-----

Mais um exemplo da incapacidade de planeamento e gestão.-----

Mas voltando ao que a este ponto que aqui estamos a discutir importa, a Câmara, antes de pensar em aproveitar esta possibilidade de contrair mais um empréstimo, tinha outra alternativa.-----

É que, existia a possibilidade de o Município se ter candidatado a um Fundo de Solidariedade da União Europeia para apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença de COVID-19, que permitia o reembolso de 100% das despesas elegíveis, com o limite de 150 mil euros. O concurso para apresentação de candidaturas foi publicado através do Aviso N° FSUE – 99-2021-01, em junho de 2021, e do conhecimento que temos contemplou 237 municípios, mais 32 cuja candidatura foi feita através da respetiva CIM.-----

Ao que parece esta possibilidade passou completamente ao lado do nosso executivo.-----

Ou se assim não foi, convido o Senhor Presidente da Câmara a explicar porque motivo não se candidataram a este Fundo, evitando agora estar-se a recorrer a um novo empréstimo.-----

Este é só mais um exemplo do desgaste, do cansaço e da inércia deste executivo, por isso, jamais podemos ser a favor deste empréstimo.-----

No entanto, e como reconhecemos que o município está com falta de tesouraria, como vem refletido no atraso no pagamento de subsídios, por exemplo, não queremos ser nós, bancada do Partido Socialista, a contribuir para a possibilidade de haver efetiva falta de dinheiro para dar resposta a despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

essenciais, e por isso, e só nessa perspetiva, por respeito aos nossos cidadãos, iremos nos abster na votação desta proposta.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) começando por realçar que, ao contrário de muitos Municípios do país, o de Gouveia reúne as condições para poder contrair este tipo de empréstimo. E tendo em conta a oportunidade, as condições que são postas à disposição, o contexto em que vivemos, ou seja, a situação da guerra, a forte especulação e inflação que dela derivam, o aumento das faturas do gás e da luz e que vai exigir uma atenção redobrada do Município e também a diminuição das verbas do orçamento de Estado, a bancada do PPD/PSD vota favoravelmente esta proposta.-----

Perguntou se a Senhora Deputada na intervenção anterior estava a referir-se à descoordenação do Governo quando estava a fazer uma avaliação do executivo que não tem força e aproveitou para questionar se o Governo já pagou ao Município as verbas a que estava obrigado relacionadas com o combate à pandemia.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que de facto este empréstimo que pretendem contrair diz respeito somente a despesa corrente. Felizmente, o nosso Município ainda tem capacidade para contrair financiamentos, o que na maioria dos Municípios ao nosso redor, e não só, já não consegue, pois não lhes é permitido.-----

O Estado concedeu esta facilidade aos Municípios que cumpram o limite legal de endividamento. Ao retirar este valor do orçamento para esta Autarquia, reduzindo a receita, que é imprescindível, perto de 125 mil euros de despesa corrente, um total de 700 mil euros anuais, o que, para o nosso concelho, é um valor exorbitante, dado à conjuntura económica atual, de crescente inflação, de crise económica. Para o Município qualquer valor que seja faz muita falta e este valor faz falta no orçamento da Câmara e nas despesas correntes do Município.-- Além disso, dando o Estado a oportunidade de ter um financiamento nestas condições que são extremamente favoráveis, a taxa fixa muito reduzida de 0,95%, apesar da crescente subida das taxas de juro, e um empréstimo a longo prazo, a 10 anos, para este montante de 124.756€, para um Município as prestações serão um valor irrisório.-----

Deste modo, achámos por bem, podendo o Município de Gouveia fazê-lo, felizmente, aceitar e recorrer a este financiamento com condições tão vantajosas. Respondendo à Senhora Deputada Sara Almeida (PS) no que diz respeito empréstimo de um milhão e 850 mil euros destina-se a despesas de capital, ao financiamento de algumas obras. Não diz respeito a despesas correntes.-----

Em relação à candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, o pedido de pagamento já foi submetido e analisado e vão ser ressarcidos do valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

de 189.334,00 euros referente às despesas efetuados para combater a pandemia Covid-19.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **“Proposta de Contratação de Empréstimo Excecional junto do FAM - Fundo de Apoio Municipal”**, tendo sido deliberado o seguinte:-----

Considerando:-----

- O aumento das despesas correntes associadas à prevenção e mitigação da pandemia COVID-19.
- A redução das receitas provenientes do Orçamento de Estado, em 2022, de aproximadamente 700.000€, correspondendo 124.756€ a redução das receitas correntes.
- Que a Lei do Orçamento do Estado para o ano 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, na sua atual redação), no seu artigo 80º, prevê a possibilidade de contratação, *“em 2022, a título excecional e no quadro do contexto de pandemia, os municípios que, a 31 de dezembro de 2021, cumpram o limite legal de endividamento previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem recorrer a empréstimos junto do Fundo de Apoio Municipal (FAM) para financiar a despesa corrente, desde que verificada uma diminuição das transferências previstas no artigo 25.º da mesma lei, face às transferências concretizadas no exercício de 2021, até ao valor máximo da redução dessa transferência corrente.”*.
- As disposições previstas no artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, designadamente:
 - “1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 80.º da Lei do Orçamento do Estado, compete à Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal (FAM) conceder empréstimos aos municípios destinados ao financiamento de despesa corrente.*
 - 2 — Os empréstimos referidos no número anterior podem ser solicitados, junto da Direção Executiva do FAM, pelos municípios que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:*
 - a) A 31 de dezembro de 2021, cumpram o limite legal de endividamento previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;*
 - b) Registem uma diminuição nas transferências apuradas nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, na sua componente corrente e previstas no mapa 12 anexo à Lei do Orçamento do Estado, face à mesma variável concretizada no exercício de 2021.*
 - 3 — A Direção Executiva do FAM, nos termos do disposto nas alíneas do número anterior, comprova a elegibilidade dos municípios no acesso aos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

empréstimos previstos no n.º 1, mediante solicitação à DGAL da informação prestada ao abrigo do n.º 2 do artigo 78.º da Lei do Orçamento do Estado, e de declaração sobre o cumprimento do limite legal de endividamento a 31 de dezembro de 2021.

4 — A contração do empréstimo efetua-se através de pedido fundamentado dirigido à Direção Executiva do FAM, sendo os respetivos trâmites processuais divulgados no sítio na Internet do FAM, bem como o regulamento interno aprovado para o efeito por parte da Direção Executiva.

5 — Os empréstimos referidos no n.º 1 podem ter uma maturidade de até 10 anos e são autorizados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.

6 — O valor máximo dos empréstimos previstos no presente artigo não pode ultrapassar, para cada município, o montante total da redução das transferências correntes, observado entre o exercício de 2022 e 2021, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.”.

- O disposto no artigo 2.º do Regulamento de Atribuição do Empréstimo Extraordinário, (aprovado pela Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal, em 22.08.2022), designadamente:

“1. Os Municípios formalizam junto da Direção Executiva até 30 de setembro de 2022, o pedido fundamentado para a obtenção do empréstimo, acompanhado dos elementos que comprovem a elegibilidade face às condições legalmente previstas.

2. O pedido de apoio do Município, deverá conter os seguintes elementos e documentos:

- a) Comprovação das condições de elegibilidade previstas no DLEO 2022;*
- b) Quantificação do crédito e indicação do prazo de empréstimo pretendido;*
- c) Ata da deliberação do órgão executivo municipal, a aprovar a formalização do pedido de apoio.”.*

- As condições do empréstimo previstas no artigo 4º do Regulamento de Atribuição do Empréstimo Extraordinário, (aprovado pela Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal, em 22.08.2022), designadamente:

“1. O montante máximo global de empréstimos a conceder pelo FAM ao abrigo da LEO e DLEO é de € 10.0000.000,00 (dez milhões de euros).

2. O empréstimo tem um prazo máximo de duração de 10 anos, não existindo período de carência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

3. A taxa de remuneração do empréstimo é fixa, de 0,95% e não acresce qualquer spread.

4. O capital e os juros são reembolsados semestral e postecipadamente.

5. O montante do empréstimo não releva para os feitos previstos no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro nos termos do artigo 148.º, n.º 7 do DLEO.”.

- Que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a contratação de empréstimos.
- As disposições da parte final do n.º 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente que o pedido de autorização à Assembleia Municipal deve ser acompanhado do Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento.

Delibera a Assembleia Municipal, por maioria, com **vinte e quatro (24) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) abstenções** por parte do Grupo Parlamentar do PS, **aprovar o pedido de autorização para a contratação de empréstimo excecional junto do FAM (Fundo de Apoio Municipal)**, conforme disposições previstas no artigo 80.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), no artigo 148.º no Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (Decreto-lei de Execução Orçamental) e no Regulamento de Atribuição do Empréstimo Extraordinário, (aprovado pela Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal, em 22.08.2022), com as seguintes condições:

a) Valor do Empréstimo: 124.756€;

b) Prazo: 10 anos;

c) Taxa de Juro: Taxa Fixa 0,95%.

PONTO 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS DO EXERCÍCIO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, em virtude da ausência do Senhor Presidente da Câmara, tendo solicitado que a sua apresentação fosse feita pela Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Devidamente autorizada usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, referindo que à semelhança dos anos anteriores, propomos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

lançamento em 2023, de uma derrama de 0,9% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas coletivas (IRC).-----
Contudo, ao abrigo do nº 24 do artigo 18, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, propomos para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€, a redução da taxa da derrama para 0,01%, mantendo o apoio municipal à atividade económica, ajudando as empresas aplicando taxa irrisória, permitindo a estas arrecadar receita para equilibrar a sua economia empresarial.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) referindo o seguinte:-----

“Neste ponto, relativo ao valor tributado sobre o lucro das empresas, o ano passado votámos contra perante uma proposta semelhante. E este ano continuamos a votar contra porque os pressupostos não se alteraram e, mais uma vez, o que deveria haver, passado mais um ano, continua a não haver, ou seja, um Regulamento de Impostos que permita com critério não só aplicar taxas reduzidas, mas sobretudo aplicar isenções. É importante voltar a dizer que a grande maioria das empresas de Gouveia vai pagar derrama (mesmo que seja um valor muito reduzido de 0,01%) porque não existe este Regulamento que permitiria isenções. Regulamento que permita isenções, por exemplo, também a empresas que criem emprego – em alguns concelhos há isenções que ficam dependentes disso, porque o Regulamento assim o estipula.-----

O ano passado na nossa intervenção referíamos que se queríamos atrair investimento para Gouveia e fixar pessoas era preciso que estivesse definido todo um quadro regulamentar sobre taxas e tarifas que permitisse às empresas, aos investidores, saber com o que contavam. Mas continua a não haver nada disto: Pergunto: Senhora Vereadora, na ausência do Senhor Presidente, porquê?-----

Já em 2020, o Senhor Presidente disse que o Regulamento estava em fase de elaboração, e continua em fase de elaboração.-----

O nosso voto contra sinaliza isso, sinaliza que este arrastar de mais um processo, que parece ser a imagem de marca deste executivo.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD) referindo que, à semelhança do ano passado, o executivo decidiu propor uma taxa de derrama, ou seja, de imposto sobre o lucro tributável das empresas de 0,09%, sendo que para empresas com uma facturação até 150 mil euros, este valor é apenas de 0,01 %.-----

Para a bancada do PSD esta é uma proposta com muita razoabilidade que permite ao Município continuar a fazer um investimento - investimento esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

alargamento discutido aqui hoje - no nosso concelho, mas também não se foca ao tecido empresarial de Gouveia que na sua grande maioria se encontra na taxa tributável mais reduzida.-----

A verdade é que para um Município se calhar também poucas ferramentas estão à sua disposição para facilitar a vida aos empresários, exemplo diferente é o do Governo que se poderia entender facilmente no que ao IRC diz respeito e nem aí com o Ministro da Economia a querer descer esta taxa e o das Finanças a não deixar o Governo se consegue decidir. Pelo motivo acima elencado a bancada do PSD vai votar favoravelmente esta proposta.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que as empresas sabem bem como o que contam, ou seja, com uma taxa de 0,01%. O Regulamento está a ser elaborado, contudo, uma vez que estamos a falar, e como já foi dito de uma taxa irrisória, que não prejudica de todo as empresas do nosso concelho temos vindo a dar prioridade a outros temas que são bem mais pertinentes para o bom funcionamento do Município, e para o concelho em geral.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação a **“PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS DO EXERCÍCIO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e quatro (24) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte Grupo Parlamentar do PS, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício de 2022 a liquidar em 2023

Considerando:

- *O disposto na alínea c), do artigo 14.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;*
- *O disposto no n.º 1, do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”.

- *Que, nos termos do n.º 22, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 16º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.*
- *Que, nos termos do n.º 2, do artigo 16º, do RFALEI, a Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.*
- *Que, nos termos do n.º 24, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, “Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150.000”.*
- *Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, conforme n.º 17, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;*

Considerando ainda que:

- *É essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem como a promoção de novos incentivos ao investimento;*
- *Há também responsabilidade solidária das empresas desenvolvimento concelho e tendo em conta a evolução da receita arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e sustentada;*
- *É possível manter uma diferenciação positiva para as PME's do concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua competitividade.*

Proponho que a Assembleia Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

a) Ao abrigo do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação:

- ***O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;***



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

b) Ao abrigo do n.º 24, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação:

- O lançamento, em 2023, de uma taxa reduzida da Derrama de 0,01 %, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.”

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2023

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, em virtude da ausência do Senhor Presidente da Câmara, tendo solicitado que a sua apresentação fosse feita pela Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para apresentar a proposta para o imposto Municipal sobre imóveis a liquidar em 2023.----- Apesar da conjuntura atual ser de uma economia instável e com uma inflação súbita, que só no primeiro trimestre do ano atingiu 7,2%, contudo continuou a subir atingindo em agosto 9,3%, não esquecendo também o aumento das taxas de juro, e como é óbvio, as dificuldades sentidas pelas famílias em geral, também são sentidas nos Municípios, os custos aumentam a cada mês que passa, mas as receitas mantêm-se inalteradas, tornando cada vez mais difícil a gestão financeira Municipal, de forma a manter o seu equilíbrio financeiro.

Contudo e estando ciente das dificuldades sentidas pelos Municípios, não aumentamos o IMI, mantemos a mesma proposta do ano passado, sendo ela:----- Para os prédios rústicos 0,8%, para os prédios urbanos 0,36%.----- Podendo esta, ser ainda reduzida, tendo em consideração o número de dependentes a cargo no seu agregado familiar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Almeida (PS) referindo o seguinte:-----

“No que diz respeito à fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o próximo ano, temos a dizer que, se no ano anterior a bancada do Partido Socialista não podia concordar com a proposta, no que diz respeito à taxa apresentada pelo executivo, então este ano, face ao contexto em que vivemos, menos ainda podemos concordar.----- Já não são apenas as consequências de uma pandemia, temos uma guerra, e temos uma inflação como há dezenas de anos não era vista, o que tem tido um impacto brutal na vida das famílias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Assim, continua a ser inaceitável que uma autarquia que se diz amiga das famílias, proponha uma taxa de 0,36% para os prédios urbanos quando a maior parte dos concelhos do distrito da Guarda aplicam taxas correspondentes ao mínimo de 0,30%.-----

Por outro lado, se no ano anterior aqui manifestámos estupefação pelo facto de o texto da proposta referir que a conjuntura atual obriga a um reforço de medidas que aliviem a carga fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas, este ano continua a ser flagrante a presença deste considerando no texto da proposta, quando já no presente ano não houve alívio nenhum, e a proposta que nos é apresentada para o ano de 2023 continua igual à taxa que tem vindo a ser fixada desde 2021.-----

Permitam-nos salientar: O texto da proposta é absolutamente contraditório com a medida apresentada, porque se a conjuntura obriga a um reforço de medidas que aliviem a carga fiscal, não pode, pelo terceiro ano consecutivo, ser proposta a mesma taxa de IMI, quando existem concelhos vizinhos, como disse, que aplicam taxas correspondentes ao mínimo.-----

De acordo com os dados da Autoridade Tributária, é uma minoria os concelhos que aplicam taxas superiores a 0,35%, portanto, vir apresentar uma taxa correspondente àquela que o executivo nos propõe, e simultaneamente falar em alívio de carga fiscal é ofensivo para os nossos cidadãos.-----

O texto da proposta devia era justificar porquê que em face de um contexto financeiro tão gravoso, não propõem, de facto, uma redução da taxa ainda que fosse simbólica.-----

Sabemos, pois, que resulta da Lei uma isenção de IMI para as pessoas cujos rendimentos do agregado familiar não ultrapasse cerca de 15 mil euros e também para pessoas e empresas que adquiram imóveis de valor inferior a 66 mil e 500 euros.-----

Mas e os outros? Que são uma parte significativa da nossa população também. O valor patrimonial dos imóveis facilmente é superior àquele referencial e uma família com rendimentos superiores a 15 mil euros continua a precisar de algum alívio em face da conjuntura que vivemos.-----

É aqui que se revela a política de uma Câmara no sentido de querer atrair ou não pessoas, de incentivar a permanência dos que cá têm património, e incentivar aqueles que ponderam vir.-----

Mas infelizmente, no que diz respeito a atrair pessoas e investimento, a nossa câmara de facto pouco se tem esforçado.-----

Por fim, deixo apenas uma pergunta ao executivo.-----

*Foi feita alguma ponderação da eventual receita que se poderia perder, ou não, para favorecer as pessoas e as empresas reduzindo a taxa de IMI a aplicar?-----
Se fizeram essa ponderação, em quê que se traduz essa perda?-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

É que, de 2020 para 2021, houve uma redução de 0,01% na taxa de IMI no nosso concelho e, apesar disso, constatamos, através da demonstração da execução orçamental referente aos anos de 2020 e 2021 que pouco ou nenhum impacto teve em termos de receita, antes pelo contrário.-----

Isto porque há que ter em consideração que existem requalificações e prédios novos, e esses fatores permitem compensar a perda de receita decorrente de uma redução da taxa.-----

E ainda que não compensasse, há sempre como poupar aqui ou ali, e há tanto por onde poupar, quando o objetivo é favorecer, beneficiar e atrair pessoas e empresas.-----

Por tudo isto, consideramos que esta proposta não é adequada, pelo que, o sentido de voto da bancada do Partido Socialista só poderá ser contra.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD) referindo que depois da explicação que a Senhora Vereadora deu é ingrato fazer qualquer tipo de papel de defesa, pois considera que ficou claro que o equilíbrio entre aquilo que são as receitas e as despesas tem que ser sempre encontrado naquilo que são os mecanismos que o Município tem à sua disposição. Ouviu atentamente a Senhora Deputada Sara Almeida (PS) sobre as taxas que são praticadas nos concelhos vizinhos, assume a sua *mea culpa* pois não sabe se as Assembleias já se realizaram ou não nos concelhos vizinhos, mas sabe que, relativo ao ano de 2022, em Seia, a taxa de IMI é de 0,37%, Fornos de Algodres 0,43%, Celorico da Beira 0,40%, o concelho da Meda é de 0,30%, não sabendo se é esse o concelho vizinho que a bancada do PS se está a referir. Por esse motivo, e por tudo aquilo que a Senhora Vereadora Cláudia Martins referiu e que lhes parece mais do que sensato, a bancada do PSD vai votar favoravelmente.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que este e o próximo ponto são sempre assuntos de total discórdia entre as bancadas. Temos que perceber que no orçamento do Município de Gouveia e será certamente nos outros Municípios semelhante, a maioria receita da Câmara obviamente que vem do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) do Estado, mas esta receita é apenas para pagamento das despesas correntes para o funcionamento do Município, para pagamento dos ordenados, luz, comunicações, etc.-----

Se queremos aumentar ou manter subsídios, ajudar as famílias, os munícipes, obviamente que este tipo de benefícios tem que vir de outro tipo de receita e essa receita vem principalmente dos impostos, como o IMI.-----

De seguida passou a ler uma citação do dirigente socialista Dr. Augusto Santos Silva, no dia 24 de setembro, pela Agência LUSA, que considerou que se vive hoje um daqueles períodos absurdos ao pedir menos receita e mais despesa. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

também Presidente da Assembleia da República refere que é um absurdo reduzir receitas do Estado, baixando os impostos aqui e retirando acolá, e ao mesmo tempo propor o aumento da despesa. Ora, isso é impossível. Refere ainda que os portugueses não gostam, de coisas absurdas, gostam de logica e que sabem muito bem que quem propõe reduzir receita e aumentar despesa, não merece qualquer confiança.-----

Alem disso, obviamente que foi feita a ponderação, que é sempre feita anualmente, de que, quando queremos propor as medidas para o ano seguinte, neste caso os impostos, a ideia é sempre ajudar os munícipes e querer o melhor para o nosso concelho. E a redução esteve sempre em cima da mesa, como um desejo do Executivo, só que é impossível essa redução ser efetuada, já é fantástico e muito bom, não aumentarmos dada a inflação e aos custos todos que o Município em cada mês suporta e vai aumentando a cada mês que passa.-----

Podem não reduzir este tipo de impostos, podem apenas mantê-los, contudo, são concedidos dos mais variados apoios aos Municípios do nosso concelho, que desde o seu nascimento, até à sua velhice, não esquecendo todo o tecido associativo, as empresas e os seus trabalhadores, e o comércio local.-----

Como incentivo à Natalidade, atribuímos um valor de 1.000€ pelo nascimento do primeiro filho e 1.250€ para os restantes com compras de bens e serviços efetuadas no comércio local, e subsequente apoio na frequência da creche até aos 3 anos de idade.-----

Desde o pré-escolar até ao Secundário, redução dos valores das refeições e pagamos os transportes na integra;-----

Apoio às escolas na aquisição de material escolar, atribuição dos cadernos de atividades a todos os alunos matriculados no 1º ciclo nas escolas do Concelho.---

Atribuímos prémios de mérito escolar para os melhores alunos de cada fim de ciclo e universitário;-----

Atribuímos prémios da inovação jovem “Manuel Jacinto Alves” referente ao ensino profissional;-----

Para os alunos do ensino superior, apoio às deslocações, sempre em transporte público, e também atribuímos apoio económico;-----

No Projeto Gouveia Solidário apoiamos entre tantas medidas. Na saúde, a comparticipação nos medicamentos, lentes, armações, próteses;-----

Jovens até aos 35 anos, apoio à fixação de residência no arrendamento e na aquisição e construção da sua residência;-----

O projeto Gouveia reabilita, o apoio da loja social, o 1º direito;-----

No que diz respeito às empresas ou comércio do concelho, o pagamento de 50% do valor da renda com limite máximo de 250€;-----

Apoio à criação de emprego suportando 20% da taxa social única para trabalhadores com idade superior a 35 anos e 25% com idade inferior;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Também atribuímos valores reduzidos para acessos aos equipamentos públicos, como piscinas cobertas e descobertas, cinema, museus, de forma a possibilitar todos os munícipes, do seu usufruto;-----

A disponibilização do cartão social do munícipe onde permite descontos sobre os equipamentos culturais e recreativos;-----

Os apoios anuais ordinários e extraordinários ao associativismo do concelho;----

O apoio às Juntas de Freguesia.-----

Temos orgulho no Concelho onde vivemos e queremos apoiar quem reside e queremos incentivar e atrair mais população com todas estas medidas.-----

Finalizando, o que queremos transmitir é que podemos não reduzir os impostos, mas não reduzimos nos apoios aos munícipes desde que nascem até à sua velhice.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) questionando se a lista de apoios que a Senhora Vereadora referiu, excetuando o Programa 1.º Direito, que é uma medida do Governo Central, se tudo o resto é pago com dinheiros dos impostos que hoje estão aqui a aprovar, pois o FEF é destinado ao pagamento de despesas correntes.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que o valor arrecadado em termos de IMI, segundo dados do ano passado, que é a maior receita, além da receita do FEF, cerca de 1.260.700,00 euros, fora os outros impostos, a Derrama que é uma taxa mínima e irrisória, mas o IRS arrecada à volta dos 400.000,00 euros, entre outros, ou seja, estão a falar no total de um montante que ronda os 2 milhões de euros. Portanto, respondendo à questão da Senhora Deputada, transmitiu que estes apoios são concedidos com este tipo de receita.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **“PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2023”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e quatro (24) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte Grupo Parlamentar do PS, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

Considerando:

- *O disposto no artigo 112º, do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – C.I.M.I.), com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, o Município através do seu órgão deliberativo pode fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), cujo máximo, para os*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

prédios urbanos, se cifra em 0,45% e o mínimo em 0,3%, fixando o percentual para Prédios rústicos em 0,8%;

- Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios “fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, cfr. n.º 1 do artigo 112º-A do C.I.M.I.;*
- Que a conjuntura atual obriga a um reforço de medidas que aliviem a carga fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas;*
- Que os pressupostos que estiveram na base da proposta para 2022, se mantêm para o ano de 2023.*

Proponho que a Assembleia Municipal de Gouveia delibere, no uso da competência prevista na alínea d), do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro o seguinte:

1. A definição das seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar em 2023:

<i>Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i>	<i>Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i>
<i>0,8%</i>	<i>0,36%</i>

- 2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8, do art.º 112º, do mesmo diploma fixar a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação ao abrigo do n.º 2, do art.º 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas;*
- 3. Nos termos do n.º 3, do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, elevar para o triplo a taxa prevista na alínea c), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio;*
- 4. Nos termos n.º 1, do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a redução levando em consideração o número de dependentes a cargo, de acordo com a seguinte tabela:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa (em €)</i>
<i>1</i>	<i>20</i>
<i>2</i>	<i>40</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>70</i>

PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, em virtude da ausência do Senhor Presidente da Câmara, tendo solicitado que a sua apresentação fosse feita pela Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que relativamente à participação do Município no IRS, para o ano de 2023, e como já foi transmitido anteriormente, de forma a manter o equilíbrio orçamental no próximo ano, propomos a aplicação da taxa de 5% da participação variável no IRS, a pagar pelos contribuintes com domicílio fiscal no Concelho de Gouveia.

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) referindo o seguinte:-----

“Se este executivo não faz tudo o que podia fazer para atrair investimento das empresas, também devia fazer mais para incentivar as famílias a viver em Gouveia e, para aquelas que aqui vivem, aliviá-las da carga fiscal face à conjuntura económica particularmente difícil em que o país vive. E não é só o IMI, o que verificamos é que se volta a manter na taxa máxima de 5% de IRS. Quando em concelhos vizinhos, deste distrito, com quem objetivamente competimos, essa taxa pode ser de 0%, como se verifica para este ano de 2022 em vários concelhos, como Aguiar da Beira, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Sabugal (e outros assumiram taxas mais reduzidas, de 2,5 e 3,5; só mais 4 concelhos neste distrito definiram a taxa máxima de 5% para este ano; outro dado: em 2021, 55% dos municípios portugueses abdicaram de parte ou da totalidade do IRS). Em Gouveia não. Em Gouveia não se abdica de nada. Que vantagem competitiva retiramos daqui? Nenhuma, antes pelo contrário.-----

Esta taxa máxima de 5% representa um encargo ainda pesado sobretudo para as famílias de classe média que pagam impostos em Gouveia. As tais famílias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

como a Senhora Vereadora referiu, que têm de suportar o aumento das faturas do gás e da luz e a quem, cito-a, qualquer valor faz falta.-----

Dirá a Senhora Vereadora e certamente o Senhor Presidente que precisamos de receita. Isso é óbvio. Mas também é fundamental que apliquemos bem essa receita, esse dinheiro.-----

Recordo aquilo que defendemos o ano passado, nós até votaríamos favoravelmente se uma parte desta taxa, reduzida, de IRS, pago pelas famílias, pago pelas pessoas, fosse investida nos orçamentos participativos, fosse investido onde as pessoas achassem que devia ser investido o seu dinheiro. Mas também não é isso que acontece. A gestão política do concelho de Gouveia é outra.-----

Senhor Presidente, Senhora Vereadora: por vezes ouvimos os senhores a criticar o Governo pela falta de medidas de discriminação positiva para o interior do país, e aquilo que constatamos é que quando está nas suas mãos aplicá-las, não as aplicam. Porquê? Enfim, é esta a lógica que o executivo camarário defende.-----

Face ao exposto, votamos contra esta taxa máxima porque não nos revemos nesta forma de gerir o município. Uma gestão que está muito longe dos amanhã's que cantam que a senhora vereadora nos quis fazer crer e a toda uma diferença de filosofia na forma como se gere um Município, apoiem os municípios reduzindo os seus impostos. Mas, pelos vistos, para os Senhores é melhor arrecadar impostos para depois atribuir subsídios.”-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) reconhecendo que de facto se vivem tempos complicados e conturbados, ainda não se percebeu bem se já saíram da pandemia ou se ainda se encontram na pandemia, actualmente, veem-se envolvidos numa guerra que, indirectamente, está a condicionar a vida de todos, quer a vida pessoal, quer a vida das empresas.-----

Nesse sentido, a bancada parlamentar do PSD entende a necessidade do Município de equilibrar o seu orçamento e de ir buscar esta receita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, porque dessa forma também acabamos por fazer face aos investimentos e aos apoios sociais que continuamos a dar aqui em Gouveia. E é verdade que podemos continuar a comparar todos estes valores com todos os outros Municípios, mas urge questionar: Será que os outros Municípios também concedem este tipo de apoios? É preciso perceber isso. Provavelmente até dão, uns dão mais e outros dão menos.-----

Portanto, o Município de Gouveia continua a apoiar todos aqueles que precisam tal como a Senhora Vereadora já aqui frisou. Nesse sentido, a bancada do PPD/PSD vota favoravelmente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que esta taxa de IRS de 5% é um direito que o Município tem, e por tudo o que já foi transmitido a mantemos. Só paga IRS quem efetivamente tem rendimentos. Por isso, poderá ser um esforço para o próximo orçamento de Estado a medida de redução de impostos para todos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **“PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três (23) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte Grupo Parlamentar do PS, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

Participação Variável do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Considerando que:

- *O n.º 1, do art.º 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do artigo 78.º, do Código do IRS.*
- *O n.º 2 do mesmo artigo determina que a participação suprarreferida depende de deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;*
- *A necessidade de manter em 2023 o equilíbrio orçamental que sustente o aumento de investimento e o aumento gradual dos apoios sociais, culturais e desportivos.*

Proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar a aplicação da taxa de 5% da participação variável no IRS, a pagar pelos contribuintes com domicílio fiscal no concelho de Gouveia, respeitante aos rendimentos auferidos durante o ano imediatamente anterior.”

O Senhor Deputado Diogo Guerra (PPD/PSD) não participou na votação deste ponto uma vez que se ausentou momentaneamente.-----

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto, tendo delegado na Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins apresentando a proposta para a taxa Municipal de direitos de passagem para o próximo ano.----- Mantemos a proposta apresentada nos anos anteriores, de fixar o valor em 0,25% sobre o total da faturação mensal, emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, e cujo pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresas.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se verificando nenhuma intervenção.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **“PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2023”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem

Considerando:

- *Que, de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação, e com a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura dos clientes finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;*
- *O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%;*
- *A determinação do n.º 4, do referido artigo 106º, nomeadamente que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, ou seja, que a taxa aplicada pelos municípios é da responsabilidade das empresas não podendo repercutir-se nas faturas dos cidadãos, utentes/consumidores finais;*
- *Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as taxas tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

*Propõe-se que a Assembleia Municipal, no uso das competência prevista no artigo 25º, nº 1, alínea b), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, em consideração, o estipulado no artigo 106º, do Decreto-Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, **delibere a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando o respetivo valor em 0,25% sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, e cujo pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresas.***”

PONTO 6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE GOUVEIA NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto, tendo delegado na Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que, uma vez que é nosso propósito, continuar a apoiar as intenções de melhoramentos das freguesias do nosso concelho, propomos a atribuição das verbas que constam do documento apresentado, e que todos receberam. Correspondem às candidaturas efetuadas pelas Juntas de freguesia, que se enquadram no âmbito do respetivo regulamento.-----

No que se refere ao apoio financeiro concedido, foi alterado o plano de pagamentos para:-----

- 50% do total da verba comparticipada com a assinatura do contrato programa.
- 40% com a comunicação da conclusão da execução do projeto, investimento ou atividade.-----
- 10% com a apresentação do relatório final.-----

Isto de forma a apoiar da melhor forma as Juntas de Freguesias.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referindo que, obviamente, que é indiscutível que estarão todos de acordo na atribuição dos apoios às freguesias que os solicitaram, parecendo-lhes, contudo, que nem todas o fizeram.-----

Deste modo, pretendia saber se o facto de nem todas as freguesias terem apresentado candidatura se se deve a alguma dificuldade na apresentação das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

mesmas e se não seria necessário haver algum acompanhamento por parte da Câmara Municipal para que as Juntas de Freguesia levassem a bom termo a candidatura e nos tempos que o regulamento prevê.-----

Mas, para além disso, questionou se já foram pagas as quantias relativamente ao ano de 2021 ou se ainda há algum montante em dívida para com algumas destas freguesias.-----

Por outro lado, gostaria também de frisar e, nomeadamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação a uma situação que é preciso esclarecer, ou seja, saber se faz sentido a aprovação por parte desta assembleia de uma proposta cujas obras que já se encontram concretizadas e algumas delas até já foram inauguradas.-----

Deste modo impõe-se colocar a seguinte questão: o que é que esta Assembleia está aqui a fazer? Faz sentido esta deliberação? É para cumprir calendário? Já não é a primeira vez que são presentes estas situações intrigantes relativamente aos timings e outras situações que acontecem e até já tiveram aqui casos de envio de documentação que a receberam no próprio dia da assembleia.-----

Hoje é presente uma aprovação em relação a determinadas candidaturas que já foram feitas. Nesse caso, o que é que esta Assembleia vai aprovar? Se já foram feitas, esta Assembleia já não se pode pronunciar mais, a menos que, seja para cumprir calendário ou seja importante para testemunhar junto de outras entidades.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que efetivamente algumas Juntas de Freguesia não concorreram a estes contratos programa, foram elas: União de Freguesias de Melo e Nabais, Vila Cortês da Serra, União de Freguesias Rio Torto e Lagarinhos e Arcozelo da Serra.-----

Temos que pensar que efetivamente para concorrer a este tipo de contratos programa, as Juntas de Freguesia têm que suportar 50% do valor do financiamento, e elas podem ter ou não capacidade financeira para isso. Cada Junta de Freguesia tem que fazer a sua gestão interna e aferir se deve ou não, naquele ano avançar com determinadas obras. Se tem disponibilidade financeira para tal.-----

No que diz respeito do pagamento dos anos anteriores ainda não foi paga a totalidade dos anos anteriores. O técnico responsável encontra-se a analisar e a elaborar o relatório final, de modo a procedermos ao pagamento dos 15% finais, até ao final do ano, esse é o nosso objetivo.-----

Relativamente a algumas obras que se encontram descritas na proposta e que efetivamente já foram executadas, corresponde à verdade, infelizmente, apenas foi possível agendar o ponto relativo aos contratos-programa nesta Assembleia Municipal. Não sabe dizer de quem é a culpa, a culpa é todos e não é de ninguém. A entrega do formulário da candidatura tem que ser remetida para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Município até 31 de dezembro, claro que para as Juntas de Freguesia fazerem esta gestão não será fácil. A 31 de dezembro do ano anterior terem toda a documentação necessária para apresentar, desde orçamentos, plano plurianual de investimentos, e toda a documentação necessária acredito que será difícil. Na sua maioria, enviam um formulário da intenção das obras e ficou por aí. Contudo aquando da elaboração do orçamento, o Município tem que saber qual o valor que as juntas pretendem investir nas suas freguesias para poderem ajudar.-----

Entretanto, pode dizer que das candidaturas apresentadas no ano passado até 31 de dezembro, apenas uma Junta de Freguesia entregou toda a documentação correta. Posto isto, ela própria, contactou as Juntas de Freguesia, enviando e-mails, telefonando, pedindo a documentação em falta. Algumas Juntas responderam, a maioria não respondeu. Mais tarde, dado o aumento de preços, devido à inflação, devido à guerra, á crise económica que se está a viver, foi solicitada a informação se os valores e os orçamentos se mantinham, pois, dada a inflação certamente que os valores seriam superiores. Algumas responderam, outras não.-----

Como já estamos em setembro e umas juntas não podem ser prejudicadas pelas outras, consideram ser altura mais do que suficiente para trazer este assunto à Assembleia Municipal e então ela própria, mais uma vez, contactou cada Presidente de Junta, por telefone, e-mail, a pedir o mais rápido possível até ao final da semana ou semana seguinte a documentação necessária para ser presente a este órgão. Pode dizer que praticamente todas as Juntas responderam, à exceção de Ribamondego, Folgoso e União de Freguesias de Freixo da Serra e Figueiró, não ficando obviamente excluídas, se até há próxima Assembleia Municipal apresentarem a documentação em falta, este ponto virá novamente para aprovação.-----

Contudo, e como já estamos em setembro, algumas Juntas não poderem ficar à espera de aprovação das candidaturas por parte do Município e tiveram que avançar com as obras necessárias essas Freguesias. Claro que isso não as exclui, as obras foram incluídas em dezembro do ano passado e obviamente que independentemente de terem sido concluídas ou não, se forem aceites, elas vão ser pagas a 50%.-----

Correram sim, o risco de poderem ser ou não aceites, mas pelas candidaturas apresentadas, praticamente todas foram aceites e vão ser pagas independentemente de estarem concluídas e terem sido inauguradas durante o ano de 2022.-----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração a **“PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE GOUVEIA”**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

unanimidade, proceder à **aprovação dos valores dos apoios às atividades a desenvolver pelas Juntas de Freguesia do Concelho de Gouveia**, conforme mapa de candidaturas que se anexa, bem como proceder à **aprovação da respetiva minuta do contrato-programa**, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Gouveia e ao abrigo da alínea j) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) para dizer que, apesar da bancada do PS, ter votado favoravelmente a proposta, parece-lhes que os montantes arrecadados dos impostos não dão para tudo, dado que ainda existem montantes em dívida para com as Juntas de Freguesias.----- Reiterou a questão: faz sentido estarem a aprovar candidaturas de obras que já foram realizadas? A culpa não é de ninguém! A culpa, como se costuma dizer, “morre solteira”! Agora, ser presente a uma assembleia municipal a aprovação de candidaturas que já estão realizadas, não concordam com isso e deve ser repensado.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo que foi explicado pela Senhora Vereadora todo o procedimento que foi adotado em relação às Juntas de Freguesia e, por outro lado, é uma matéria que tem que ser aprovada pela assembleia municipal.-----

PONTO 7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA PARA OS ANOS 2022 E 2023

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto, tendo delegado na Senhora Vereadora Cláudia Martins.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que, nos termos do artigo 77 da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, as contas anuais dos Municípios, devem ser verificadas e certificadas por auditores externos.----- Considerando que compete ao auditor:-----

- verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes serve de suporte;-----
- participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimento do município;-----
- proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;-----
- remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade, informação sobre a respetiva situação económica e financeira;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidadas e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei;-----

- pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei;-----

- apresentar relatório com eventuais recomendações e apoiar do ponto de vista técnico o município;-----

A empresa de revisores oficiais de contas, que desenvolvia este trabalho desde 2011 com o Município de Gouveia, era a BDO e Associados, Lda, com sede no Porto. Contudo, depois de um ano da minha experiência com esta Empresa de Revisores Oficiais de Contas, verifiquei um descontentamento geral pelas pessoas responsáveis ao serviço na contabilidade e eu própria concordei, e verifiquei a forma de trabalhar desta empresa por nós contratada. Ultimamente o acompanhamento era mínimo.-----

Como o contrato com esta empresa terminou este ano, relativamente às contas de 2021, decidimos contratar nova empresa de Revisores Oficiais de Contas, mais próxima, e que se revelasse para o Município de maior acompanhamento, disponibilidade, responsabilidade, planeamento, com visitas regulares de forma a efetuar uma melhor avaliação e de revisão dos documentos por nós elaborados e apresentados.-----

Depois de um breve estudo de mercado, solicitámos à Empresa Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados, uma proposta para a prestação de serviços de certificação legal das contas. Esta empresa é composta por 4 revisores oficiais de contas e 2 auditores. Empresa com 20 anos de experiência na área da auditoria, com sede em Viseu, onde prestam este serviço em várias Autarquias e não só.-----

Propomos então a nomeação desta Empresa, como revisores oficiais de contas do Município para os anos de 2022 e 2023.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) referindo que a bancada do PS não se opõe a esta mudança e as perguntas que tinham para colocar, a Senhora Vereadora, na sua intervenção, acabou por lhes dar resposta, ou seja, qual o motivo pelo qual ao fim de onze anos se termina o trabalho com um ROC, se contrata um novo e quais os critérios que presidiram à escolha do novo ROC.-----

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins referindo que este trabalho efetuado pela BDO apenas se deteriorou nos últimos anos, mais precisamente, a partir da pandemia pelo que lhe foi transmitido e durante este ano pode verificar isso. Uma vez que está em término o contrato, era a altura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

certa para mudar. O contrato não foi feito por três anos porque não conhecemos a empresa e obviamente que, apesar do bom nome que ela tem na praça, queremos verificar isso. Um ano é muito pouco para verificar o trabalho, mas em dois anos conseguimos verificar e analisar se efetivamente fazem um bom trabalho ou não. Assim será celebrado o contrato por dois anos. Caso os serviços apreciem o trabalho realizado, renovaremos novamente esse contrato.-----

----- Deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, proceder à **nomeação da empresa FONSECA, PAIVA, CARVALHO & ASSOCIADO, SROC, como Revisores Oficiais de Contas do Município, para os anos de 2022 e 2023**, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

PONTO 8. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GOUVEIA E A JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO DA SERRA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto, tendo delegado no Senhor Vereador José Nuno Santos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos referindo que, tal como se havia informado na última sessão de Assembleia Municipal, quando havia sido trazida a proposta de celebração do contrato interadministrativo: o Município é proprietário de uma piscina em Arcozelo da Serra e entendeu que a gestão dessa piscina devia feita em proximidade, durante o período de verão, pela Junta de Freguesia. Nesse sentido, transferiu a competência da gestão dessa piscina para a Junta de Freguesia e o correspondente envelope financeiro. Acontece que no Arcozelo da Serra, como de resto em todo o país, este ano houve bastante dificuldade em encontrar nadadores salvadores para cumprir as obrigações legais de funcionamento de piscinas com este tipo de características. Como não foi possível cumprir com essa obrigação legal, não foi possível abrir a piscina. Não tendo a piscina funcionado, cai por terra o efeito útil deste contrato, pelo que tem o mesmo de ser revogado.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) referindo que é preocupante a ausência de profissionais que acaba por impedir, obviamente, o usufruto de um equipamento que pode dinamizar uma freguesia, neste caso, Arcozelo da Serra, que pode impedir que os seus naturais e residentes, assim como visitantes, usufruam desse equipamento e dar ânimo e dinâmica à freguesia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Uma vez que se pretende revogar o protocolo, pretendia saber qual é o montante do retorno que vai voltar para a Câmara Municipal, ou melhor, para todos nós.--- Por outro lado, pretendia saber se este problema também se verificou em relação ao contrato celebrado com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem na mesma altura, isto é, se também se verificou esta falta de profissionais para o equipamento piscinas. Caso se tenha verificado, pretendia saber se também vai haver retorno para a Câmara e de quanto.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos referindo que este problema de recrutamento de nadadores salvadores não se verificou só na freguesia de Arcozelo da Serra ou Vila Nova de Tazem, nem no concelho de Gouveia, mas em todo o país. Foi um problema nacional, amplamente divulgado e difundido pelos órgãos de comunicação social. Referiu ainda que a Sra. Deputada Cezarina Maurício tinha razão quando dizia que na mesma sessão de Assembleia Municipal em que havia sido aprovada a celebração deste contrato programa, foi também deliberado um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem. Esse contato não será revogado na sua totalidade, pois prevê não só esta componente da utilização da piscina municipal, mas também uma componente de utilização de um espaço cultural. Assim sendo, esse contrato não será revogado, mas sim reduzido, e isso irá acontecer numa próxima sessão de Assembleia Municipal. O valor financeiro que retornará ao município com a revogação deste contrato será de 2.500,00 euros.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação a **“PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GOUVEIA E A JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO DA SERRA”**, tendo a Assembleia Municipal deliberado o seguinte:-----

Considerando que:

- o Município de Gouveia e a Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra estabeleceram um contrato interadministrativo de delegação de competências para Gestão da Piscina de Arcozelo da Serra, deliberado em reunião de Câmara a 22/06/2022 e em Assembleia Municipal a 29/06/2022;
- que o objeto do presente contrato, previsto na cláusula 1.^a não foi executado, uma vez que não se reuniram as condições, devido à ausência de nadador salvador para assegurar o funcionamento, manutenção e segurança da piscina descoberta durante os meses de verão;
- a cláusula 19.^a do contrato interadministrativo de delegação de competências;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Delibera a Assembleia Municipal, por unanimidade, proceder à **revogação do contrato interadministrativo de delegação de competências para Gestão da Piscina de Arcozelo da Serra, estabelecido entre o Município de Gouveia e a Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra**, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29/06/2022.-----

PONTO 9. APRECIACÃO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

- I. INFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES DO SENHOR PRESIDENTE**
- II. INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS EXTERNOS**
- III. INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA A 20/09/2022**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, declarando não ter nada a acrescentar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo que há seis meses atrás fez um requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à situação da ocupação da Zona Industrial das Corgas. Até à presente data não obteve qualquer resposta.-----

Por conseguinte, renovou novamente a necessidade de resposta ao pedido, de modo a terem conhecimento da situação de ocupação, por forma a poderem ter algum juízo de valor sobre aquilo que se passa naquela zona industrial, porque há industriais que querem alargar os seus negócios, vêm ao lado espaços vazios e querem de alguma forma ter uma possibilidade de alargar a sua atividade económica.-----

Entretanto, em relação ao outro pedido relacionado com a Carta Educativa, informou que obteve resposta da parte do Senhor Vice Presidente.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia informando que o pedido foi encaminhado para a Câmara Municipal e, até ao momento, também não recebeu qualquer resposta, pois, caso contrário, já a teria reencaminhado para o Senhor Deputado.-----

----- Apreciou a Assembleia e, consequentemente, tomou conhecimento das informações em apreço.-----

----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8** da presente “**Ordem do Dia**” de modo a produzir efeitos imediatos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a reunião pelas vinte e quatro horas e trinta minutos, da qual e para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pela sua 1.^a Secretária. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Luís António Vicente Gil Barreiros)

A 1.^a Secretária da Assembleia Municipal

(Ana Paula Alves Morgado Mendes)